



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ARQUIVOLOGIA**

LUCLECIA MAYRA DOS SANTOS

**A PRESERVAÇÃO DOCUMENTAL DAS NARRATIVAS DIGITAIS DE
MOVIMENTOS ANTIRRACISTAS NA PARAÍBA**

JOÃO PESSOA - PB

2026

LUCLECIA MAYRA DOS SANTOS

**A PRESERVAÇÃO DOCUMENTAL DAS NARRATIVAS DIGITAIS DE
MOVIMENTOS ANTIRRACISTAS NA PARAÍBA**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao
Curso de Graduação de Arquivologia do Centro
de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade
Federal da Paraíba, como requisito parcial à
obtenção do título de Bacharel em Arquivologia.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Eduardo Ferreira da
Silva

JOÃO PESSOA - PB

2026

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

S237p Santos, Luclecia Mayra dos.

A preservação documental das narrativas digitais de movimentos antirracistas na Paraíba / Luclecia Mayra dos Santos. - João Pessoa, 2026.

55 f. : il.

Orientação: Luiz Eduardo Ferreira da Silva.

TCC (Graduação) - UFPB/CCSA.

1. Arquivologia. 2. Ativismo digital. 3. Comunidades negras e indígenas. 4. Instagram. 5. Memória coletiva.

I. Silva, Luiz Eduardo Ferreira da. II. Título.

UFPB/CCSA

CDU 930.25(043)



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA**

FOLHA Nº 15 / 2026 - CCSA - CARQ. (11.01.13.08)

Nº do Protocolo: 23074.032402/2026-41

João Pessoa-PB, 14 de Abril de 2026

FOLHA DE APROVAÇÃO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

LUCLECIA MAYRA DOS SANTOS

A PRESERVAÇÃO DOCUMENTAL DAS NARRATIVAS DIGITAIS DE MOVIMENTOS ANTIRRACISTAS NA PARAÍBA

Monografia apresentada ao Curso de graduação em Arquivologia da Universidade Federal da Paraíba, em cumprimento às exigências para a obtenção do grau de bacharel em Arquivologia.

Data de aprovação: 7 de abril de 2026

Resultado: APROVADO

BANCA EXAMINADORA:

Assinam eletronicamente esse documento os membros da banca examinadora, a saber: Prof. Dr. Luiz Eduardo Ferreira da Silva (orientador), Prof. Dr. Rayan Aramis de Brito Feitoza e Me. Alex de Araújo Souto (membros).

(Assinado digitalmente em 14/04/2026 21:53)

ALEX DE ARAUJO SOUTO
SECRETÁRIO EXECUTIVO
Matrícula: 1543636

(Assinado digitalmente em 14/04/2026 22:52)

LUIZ EDUARDO FERREIRA DA SILVA
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
Matrícula: 1031494

(Assinado digitalmente em 15/04/2026 00:10)

RAYAN ARAMIS DE BRITO FEITOZA
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
Matrícula: 4753641

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sipac.ufpb.br/documentos/> informando seu número: **15**, ano: **2026**, documento(espécie): **FOLHA**, data de emissão: **14/04/2026** e o código de verificação: **c67768f3ce**

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente aos meus pais e familiares, pelo amor incondicional, pelos sacrifícios feitos e por sempre acreditarem nos meus sonhos. Sem o apoio de vocês, esta conquista não seria possível.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Luiz Eduardo Ferreira da Silva, pelo direcionamento e pelas valiosas contribuições na construção desta pesquisa. Sua orientação foi fundamental.

Aos professores do curso de Arquivologia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), por todos os conhecimentos compartilhados ao longo desses anos.

Aos movimentos antirracistas, coletivos e perfis estudados nesta pesquisa, por serem a voz ativa e a resistência necessária em nossa sociedade.

Aos meus amigos e colegas de curso, por tornarem a caminhada mais leve, pelos momentos de estudo, trocas e companheirismo.

A todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização deste trabalho.

"Não é só o que está escrito que nos conta a verdade de nossos antepassados e nos proporciona a reflexão sobre nossa identidade nacional. A História também está registrada nos nossos corpos, enquanto corpo físico oriundo de uma cadeia de outros corpos na natureza."

(Beatriz Nascimento)

RESUMO

Os movimentos antirracistas no Brasil usam o Instagram como um espaço importante para se organizar, denunciar injustiças, construir sua identidade e preservar a memória coletiva, principalmente por meio de imagens e conteúdos variados. Porém, esses conteúdos são temporários e não há muitas estratégias para guardá-los, o que coloca em risco esses registros históricos. Além disso, ainda existem poucos estudos sobre o ativismo digital antirracista na Paraíba. O objetivo principal desta pesquisa é analisar como as narrativas digitais desses movimentos são preservadas na Paraíba, focando em perfis do Instagram de comunidades negras e indígenas. O artigo utiliza uma metodologia qualitativa, com análise de documentos e estudo de casos de perfis do Instagram de movimentos negros e quilombolas na Paraíba, buscando identificar práticas de preservação e sugerir recomendações para arquivistas. As narrativas digitais desses movimentos funcionam como arquivos vivos de memória, identidade e resistência, mas enfrentam problemas como a curta duração dos conteúdos e a dependência de plataformas privadas. Por isso, a Arquivologia e a preservação digital são fundamentais para garantir que essas histórias continuem acessíveis e valorizadas, fortalecendo a memória coletiva e combatendo o esquecimento social e cultural.

Palavras-Chave: Arquivologia; ativismo digital; comunidades negras e indígenas; Instagram; memória coletiva.

ABSTRACT

Brazilian anti-racist movements use Instagram as a central space for mobilization, denunciation, identity building, and collective memory, especially through visual and multimodal narratives. However, the ephemeral nature of content and the absence of preservation strategies threaten these historical records, and studies on anti-racist digital activism in Paraíba are still scarce. The general objective of this research is to analyze the preservation strategies of digital narratives of anti-racist movements in Paraíba, based on Instagram profiles of black and indigenous communities. The article adopts a qualitative methodology, with documentary analysis and case studies of Instagram profiles of black and quilombola movements in Paraíba, aiming to identify preservation practices and propose archival recommendations. The digital narratives of anti-racist movements in Paraíba, especially those of Black and Indigenous communities, function as living archives of memory, identity, and resistance, but face risks such as ephemerality and dependence on private platforms. In this context, archival science and digital preservation are essential to ensure the continuity, accessibility, and historical value of these narratives, strengthening collective memory and combating social and cultural erasure.

Keywords: Archival science; black and indigenous communities; collective memory; digital activism; Instagram.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANMN	Articulação Nacional de Mulheres Negras
BLM	Black Lives Matter
COCAM	Comunidade Colaborativa de Mulheres Afro-Brasileiras e Ameríndias
CONARQ	Conselho Nacional de Arquivos
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LGBTQ+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Queer e outras identidades
MNU-PB	Marcha da Negritude Unificada da Paraíba
NEABI	Núcleo de Estudos e Pesquisas Afro-brasileiros e Indígenas
PB	Paraíba
RDC-Arq	Repositórios Arquivísticos Digitais Confiáveis
RMNN	Rede de Mulheres Negras do Nordeste
SINAR	Sistema Nacional de Arquivos
UFPB	Universidade Federal da Paraíba

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Redes de Mulheres Negras Nordeste.....	34
Figura 2 - Neabi CCHLA/UFPB	36
Figura 3 - Comunidade Colaborativa de Mulheres Afro e Ameríndias	37
Figura 4 - Quilombo Caiana	38
Figura 5 - Negritude Unificada da Paraíba.....	39
Figura 6 - Abayomi – Coletiva de Mulheres Negras da Paraíba.....	41
Figura 7 - Instituto Cena Preta.....	42

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 REFERENCIAL TEÓRICO	15
2.1 REDES SOCIAIS E ARQUIVOLOGIA NA CONTEMPORANEIDADE: UMA DISCUSSÃO IMPRESCINDÍVEL.....	15
2.2 MEMÓRIA E NARRATIVAS DIGITAIS EM REDES SOCIAIS: BREVES APONTAMENTOS	16
2.2.1 Documentando a Violência e Divulgando a Resistência	18
2.2.2 Afirmção da Identidade e Memoriais Digitais	19
2.3 CIBERQUILOMBISMO, IDENTIDADE E ESTÉTICA AFRO-BRASILEIRA NAS NARRATIVAS DIGITAIS	22
2.3.2 Ciberquilombismo: Quadro Conceptual	24
2.4 O INSTAGRAM E O ATIVISMO VISUAL DA POPULAÇÃO NEGRA: A ARQUIVOLOGIA COMO UMA ÁREA DE APOIO E DE RESISTÊNCIA DESSA POPULAÇÃO	27
2.5 EFEMERIDADE DIGITAL: NEM TUDO É O QUE SE VER	28
2.6 A PRESERVAÇÃO DIGITAL NA PERSPECTIVA DA ARQUIVOLOGIA E AS DIRETRIZES DO CONARQ.....	30
3 METODOLOGIA.....	32
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES	34
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	48
REFERÊNCIAS	50

1 INTRODUÇÃO

As histórias digitais dos movimentos sociais têm trazido desafios importantes para a memória coletiva do Brasil de hoje. Um dos temas centrais é o dos movimentos antirracistas, que usam cada vez mais as redes sociais, com destaque para o Instagram. O uso das redes sociais, em particular o Instagram, como ferramenta para organizar e registrar violências, construir identidades coletivas e manifestar resistência, conforme apontado por Josiowicz et al. (2024) e Costa (2022), ressalta a agência digital de grupos marginalizados. Essa perspectiva é fundamental para compreender como as plataformas digitais transcendem o mero entretenimento, tornando-se espaços cruciais para a articulação de movimentos sociais e a afirmação de narrativas contra-hegemônicas.

Por isso, o ativismo antirracista brasileiro mudou muito nas últimas décadas com o crescimento das tecnologias digitais e sua ligação com as redes sociais como espaços de ação política e criação de narrativas alternativas (Menezes, 2025; Costa, 2022). Essas narrativas ajudam a tornar visível a violência policial e estatal, usando registros públicos como forma de denúncia e pressão por respostas das instituições (Fernandes; Borges; Santos, 2022).

Os movimentos sociais nas redes tendem a ser descentralizados, usam as ferramentas digitais de formas diferentes e compartilham narrativas alternativas. Eles funcionam como pontos de mobilização, documentação e construção de solidariedade entre países (Fife et al., 2023). Nesse cenário, o Instagram se tornou uma das principais plataformas para grupos negros, especialmente jovens ativistas e coletivos afrofeministas (Lima; Silva, 2023; Rodrigues; Pereira, 2023; Santos, 2022). Na plataforma, compartilhar histórias pessoais, fotos e vídeos serve tanto como testemunho quanto como forma de lembrar eventos, ajudando a construir memória coletiva e combater o apagamento histórico (Fernandes; Borges; Santos, 2022; Santana; Oliveira Cortes, 2024).

Essas narrativas também celebram a cultura afro-brasileira, usando referências de identidade, religião e arte como ferramentas educativas e políticas para a educação antirracista (Valim Vargas; Sobral; Giacomelli, 2024; Cardoso; Barbosa, 2018). Mesmo sendo considerados fatos históricos importantes na luta por justiça racial, esses registros digitais enfrentam ameaças como o desaparecimento dos conteúdos, mudanças nas políticas das plataformas e a falta de formas organizadas para salvá-los (Richardson, 2020; Bainotti; Caliandro; Gandini, 2021).

Nesse contexto, o Instagram se tornou um espaço estratégico para o que Menezes (2025) chama de “ciberquilombismo”, práticas de resistência digital que renovam a tradição quilombola de criar espaços autônomos para a existência e a luta negra. Os recursos visuais da plataforma, seus algoritmos de engajamento e ferramentas de contar histórias (posts, stories, reels, lives) oferecem recursos especiais para criar narrativas afirmativas, promover a educação antirracista e incentivar a ação política (Menezes, 2025; Bovet; Brito; Lira, 2021; Silva; Almeida, 2024).

Estudos destacam a importância dos ambientes visuais e de fácil acesso pelo celular, com o Instagram se firmando como o principal lugar para documentar abusos, divulgar campanhas e construir comunidades por meio de imagens e legendas (Fernandes; Borges; Santos, 2022; Hurwitz; Caswell; Gabiola, 2023). Os ativistas combinam diferentes mídias, fotos, vídeos, stories e destaques para criar histórias contínuas e conteúdos educativos (Cordula, 2019; Josiowicz; Méndez, 2024). O compartilhamento entre plataformas e o uso de hashtags ampliam o alcance das campanhas e conectam lutas locais a agendas nacionais e internacionais (Santana; Oliveira Cortes, 2024; Hannaford et al., 2024). Por fim, o enquadramento cultural online, baseado em símbolos afro-brasileiros e estéticas afrofuturistas, mostra como tecnologia, identidade e política cultural se juntam no ativismo digital antirracista (Dallas et al., 2024; Hannaford et al., 2024).

Porém, o uso crescente de conteúdos temporários, como stories e transmissões ao vivo, cria desafios para preservar essas histórias. Bainotti; Caliandro; Gandini (2021) apontam que essa efemeridade exige novos métodos para capturar e analisar conteúdos que registram mobilizações em tempo real e interações do dia a dia, que raramente ficam visíveis nos feeds. Richardson (2020) alerta que perder vídeos efêmeros e lives prejudica a memória histórica dos protestos e limita a responsabilização e a justiça.

O Nordeste do Brasil possui a maior população negra do país. Segundo dados oficiais do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), apontados no Censo 2022, a Região Nordeste possui 72,6% de sua população composta por pessoas pretas (13%) ou pardas (59,6%). Esses dados oficiais conferem um peso maior ao trabalho e legitimam a necessidade do enfoque nesse público, uma vez que a região tem uma forte história de movimentos negros organizados, desde as irmandades religiosas coloniais até os grupos culturais atuais (MENEZES, 2025; SANTOS, 2022). Ainda assim, as pesquisas sobre arquivos comunitários afro-brasileiros no Nordeste (Miles, 2025) são raras, especialmente estudos focados nos movimentos, organizações e campanhas antirracistas

na Paraíba. Essa lacuna na literatura acadêmica sobre ativismo digital antirracista dificulta ainda mais o arquivamento e a organização de conteúdos com essa pauta.

Essa ausência contribui para tornar as lutas locais invisíveis, arrisca a perda de memórias digitais e leva ao uso de teorias desenvolvidas em outros contextos sem adaptação suficiente. Diante disso, a questão de pesquisa é: ***Como as estratégias de preservação de narrativas digitais podem viabilizar a memória e a história dos movimentos antirracistas na Paraíba, especialmente aqueles criados por comunidades negras e indígenas no Instagram?***

O uso crescente das redes sociais como espaços de organização e registro das lutas antirracistas torna indispensável a preservação dessas histórias. Por isso, este estudo se justifica pela necessidade de proteger essas memórias de resistência, garantindo que continuem acessíveis para as futuras gerações. Este estudo impõe-se pela necessidade fundamental de proteger memórias que são, em si, atos de resistência social. A minha aproximação com o tema ocorre de forma visceral, estando profundamente ligada à linhagem de mulheres negras cujas trajetórias e lutas viabilizaram a minha presença no espaço acadêmico. Como beneficiária das políticas de ações afirmativas na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), compreendo que a produção intelectual é indissociável da análise crítica das desigualdades sociais. Esse interesse pelos marcadores sociais da diferença consolidou-se na prática investigativa, de modo especial durante o desenvolvimento do projeto de pesquisa "Mediação da Informação sobre mulheres no Instagram: uma análise quantitativa e qualitativa", sob a orientação da professora Gracy Kelli Martins Gonçalves. Foi a partir dessa experiência acadêmica que compreendi que pesquisar sobre marcadores sociais é, concomitantemente, investigar a preservação dessas memórias, estabelecendo assim o fio condutor que norteia esta investigação.

O **objetivo geral** desta pesquisa é analisar como as narrativas digitais dos movimentos antirracistas na Paraíba são preservadas, focando em perfis do Instagram de comunidades negras e indígenas. **Os objetivos específicos** são: identificar os tipos de conteúdo produzidos no Instagram; identificar as principais ameaças à preservação e o papel da Arquivologia em propor práticas que garantam essa preservação; e sugerir estratégias e práticas para manter a memória coletiva acessível e contínua no ambiente digital.

Este artigo usa uma abordagem qualitativa, com análise de documentos e estudo de caso de perfis do Instagram, como a Rede de Mulheres Negras e alguns quilombos na

Paraíba. Inclui uma análise contextual dos conteúdos, focando em identificar práticas de preservação e elaborar recomendações para a Arquivologia.

Nesse cenário de ativismo digital e construção de memória, diversos perfis no Instagram emergem como atores fundamentais na Paraíba e no Nordeste. Perfis como @redemulheresnegrasnordeste, @neabi_ufpb, @cocam.ufpb, @quilombocaiana, @negritudeunificadapb, @quilombodeparatibe, @abayomipb e @cena_preta consolidam-se como espaços vitais de resistência, visibilidade e construção de identidades. Essas páginas, ao combinar a comunicação digital com a mobilização social, fortalecem a história e a memória das populações negras e indígenas, atuando como arquivos vivos que registram lutas, celebram culturas e promovem a educação antirracista no ambiente online.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Esta seção explica como as histórias contadas nas redes digitais ajudam a formar a memória coletiva sobre a violência racial e a fortalecer o ativismo contra o racismo. Ela mostra como processos de lembrar, registrar a violência e afirmar a identidade acontecem nas plataformas digitais. Usando ideias como contrapúblicos, dataficação e enquadramentos midiáticos, discute o papel de imagens, vídeos e hashtags como formas de resistência, criação de memórias alternativas e pedidos por justiça social.

2.1 REDES SOCIAIS E ARQUIVOLOGIA NA CONTEMPORANEIDADE: UMA DISCUSSÃO IMPRESCINDÍVEL

As redes sociais digitais emergiram como um fenômeno ubíquo na sociedade contemporânea, reconfigurando as formas de interação humana, comunicação e organização social. Longe de serem meros espaços de entretenimento, essas plataformas se consolidaram como territórios dinâmicos onde identidades são construídas, narrativas são disseminadas e movimentos sociais são articulados. A capacidade das redes sociais de amplificar vozes e pautas, especialmente de grupos marginalizados, é inegável, transformando-as em arenas centrais para a disputa simbólica e a busca por justiça social (Josiewicz et al., 2024; Costa, 2022).

Em um contexto mais amplo, as redes sociais funcionam como um palco para a expressão de discursos mistos e pedidos locais por justiça social, como observado no cenário brasileiro (Fernandes; Borges; Santos, 2022). Elas têm o poder de dar visibilidade a protestos e críticas raciais, impulsionando pautas antirracistas e contribuindo para a educação e conscientização sobre questões raciais (De-Lima-Santos; Ceron, 2022). Essa amplificação de vozes permite que comunidades, como as quilombolas, utilizem plataformas como o Instagram para organizar, registrar violências, construir identidades coletivas e manifestar resistência, por meio de práticas multissemióticas que integram fotos, vídeos, textos e hashtags (Marques; Camargo, 2020).

No entanto, a natureza efêmera e volátil do conteúdo gerado nessas plataformas apresenta desafios significativos para a Arquivologia. As práticas de lembrar digitalmente, embora performativas e de arquivamento, criam uma "presença assombrada online" que exige novas abordagens para sua preservação (Rodrigues; Penteado; Oliveira, 2022). A dificuldade de coleta e preservação sistemática de mídias efêmeras no

Instagram, por exemplo, é um problema reconhecido por diversos pesquisadores, que apontam para as restrições técnicas e a ausência de políticas claras que garantam a sobrevivência desses materiais (Cassidy et al., 2019; Silva; Vitoriano, 2022).

A Arquivologia contemporânea, portanto, enfrenta a necessidade imprescindível de adaptar suas metodologias e desenvolver competências técnicas especializadas para lidar com a complexidade das narrativas digitais. A preservação não se limita à guarda física, mas envolve a manutenção da integridade técnica e da experiência do usuário, bem como a classificação dessas narrativas para identificar riscos de deterioração, como a obsolescência tecnológica e a perda de contexto (Clark; Rossi; Wisdom, 2020; McDonough et al., 2010). A falta de políticas institucionais e a vulnerabilidade digital representam um risco real de apagar a memória social, especialmente no Brasil, onde arquivos vivos de grande valor histórico podem ser perdidos (Silva; Vitoriano, 2022; Ribeiro; Pagotto, 2023).

Diante desse cenário, a discussão sobre redes sociais e Arquivologia na contemporaneidade torna-se crucial. É fundamental reconhecer o valor arquivístico das mídias sociais como fontes para a história recente e para a documentação de interesse público (Gomez; Pereira, 2023). A colaboração e a curadoria participativa, envolvendo arquivistas e as próprias comunidades produtoras de conteúdo, são essenciais para criar narrativas e identidades, fortalecendo laços sociais e protegendo experiências locais (Gomez; Pereira, 2023; Silva; Vitoriano, 2022). Assim, as redes sociotécnicas se configuram como arenas centrais de luta por memória, representação e justiça social, exigindo uma abordagem proativa e inovadora da Arquivologia para garantir a perenidade desses registros digitais (Silva; Nascimento, 2012; Ribeiro; Pagotto, 2023).

2.2 MEMÓRIA E NARRATIVAS DIGITAIS EM REDES SOCIAIS: BREVES APONTAMENTOS

As histórias nas redes digitais influenciam a memória coletiva sobre a violência racial e guiam ações públicas por meio do ato de lembrar como uma prática política de presença. A memorialização digital cria uma “presença online assombrosa” que conecta diferentes formas de resistência e demandas, moldando a memória coletiva com imagens, vídeos e arquivos escolhidos em plataformas como YouTube e Instagram (Rodrigues; Penteado; Oliveira, 2022). Essa perspectiva sugere que a persistência de conteúdos online, mesmo após a sua efemeridade inicial, confere-lhes um caráter espectral,

influenciando continuamente as narrativas e identidades presentes. Essa abordagem é importante para o entendimento de como as plataformas digitais, como YouTube e Instagram, não apenas registram, mas também moldam a memória coletiva sobre a violência racial e guiam ações públicas, reforçando a necessidade de estratégias de preservação que capturem essa dimensão performática e seu impacto duradouro.

Práticas de nomeação e “datificação de baixo para cima” permitem que grupos chamados contrapúblicos criem provas, reforcem identidades e construam formas de falar sobre a opressão que envolve várias desigualdades, ligando o trabalho de memória às lutas por justiça (Silva; Almeida, 2024).

Os movimentos sociais no Brasil combinam ideias globais, tradições locais e estratégias específicas das redes digitais para criar memória digital e mobilizar pessoas. Pesquisas mostram que grupos no Facebook, campanhas no Instagram e redes de hashtags no Twitter são espaços importantes do ativismo antirracista online no país.

No caso da hashtag #VidasNegrasImportam, que se mistura com o movimento Black Lives Matter, o Facebook e o Twitter são usados para adaptar ideias globais às demandas locais, com forte participação comunitária e práticas de lembrar em grupos e páginas do Facebook (Josiowicz; Deusdará; Summers, 2024).

A campanha #Justice4Marielle, ativa no Twitter e Instagram, até em vários idiomas, se destaca por nomear as violências, manter a memória coletiva e formar contrapúblicos dataficados que cobram responsabilidade das instituições (Silva; Almeida, 2024).

As campanhas #80Tiros no Twitter e “Reaja ou Será Morta” no Instagram mostram mobilizações digitais antirracistas que combinam denúncia, registro de abusos e táticas de resistência, adaptadas às características de cada plataforma (Ramos; Braga, 2025).

Já a hashtag #SomosTodosMacacos, usada no Twitter e em comentários na mídia, funcionou como uma forma de contestação que espalhou debates sobre linguagem racista e enquadramentos raciais (Carvalho, 2024). Além dessas campanhas específicas, espaços digitais comunitários, como o grupo Vidas Negras Importam no Facebook em Salvador, atuam como centros locais para produzir memória, formar politicamente e coordenar ações coletivas (Josiowicz; Deusdará; Summers, 2024).

De modo geral, os movimentos estão sempre se adaptando às plataformas: eles traduzem ideias globais, como as do BLM movimento antirracista “*Black Lives Matter*”¹ para o contexto brasileiro, criando discursos mistos e pedidos locais por justiça social (Fernandes; Borges; Santos, 2022; de-Lima-Santos; Ceron, 2022). A observação dos autores sobre a presença de discursos mistos e pedidos locais por justiça social no contexto brasileiro, destaca a complexidade e a heterogeneidade das manifestações digitais. Essa nuance é vital para evitar generalizações e reconhecer as especificidades das lutas sociais no Brasil, onde as redes sociais servem como palco para a expressão de diversas vozes e demandas por equidade.

2.2.1 Documentando a Violência e Divulgando a Resistência

Registrar a violência racial nas redes sociais funciona como uma base de provas e ajuda a ampliar o ativismo antirracista, atraindo atenção pública por meio de vídeos virais, hashtags e conexões em rede. O uso de vídeos virais para denunciar serve como um modo rápido e emocional de mostrar a brutalidade policial e outros danos causados pelo racismo, criando momentos de comoção pública e gerando debates longos em várias plataformas digitais (Marques; Carrera, 2022). Esses vídeos ajudam a legitimar as denúncias porque funcionam como provas visuais difíceis de contestar.

Os enquadramentos das notícias no ambiente digital também são diferentes dos da mídia tradicional. Enquanto os meios convencionais costumam ser mais neutros, as mídias digitais e redes sociais dão mais destaque aos protestos e críticas raciais, aumentando a visibilidade das pautas antirracistas (de-Lima-Santos; Ceron, 2022). O destaque dado à capacidade das mídias digitais e redes sociais de amplificar protestos e críticas raciais, aumentando a visibilidade das pautas antirracistas, sublinha o papel transformador dessas plataformas. Essa amplificação é crucial para a conscientização pública e a mobilização, demonstrando como o ambiente digital se tornou um vetor essencial para o ativismo e a promoção de uma educação antirracista, desafiando estruturas de poder e preconceito.

¹ BLM (Black Lives Matter): Movimento ativista internacional, originado na comunidade afro-americana, que defende os direitos e a dignidade das pessoas negras. Surgiu em 2013, em resposta à absolvição de George Zimmerman no caso do assassinato de Trayvon Martin, e ganhou proeminência global em 2020, após a morte de George Floyd, denunciando a violência policial e o racismo sistêmico contra pessoas negras.

A circulação em rede organiza as denúncias em grupos específicos, moldando como os eventos são contados e incorporados à memória coletiva. No caso da hashtag #80Tiros, por exemplo, a análise da rede no X (antigo twitter), mostrou grupos focados e um discurso muito centrado na denúncia, mostrando como a estrutura da plataforma influencia a divulgação e a permanência das histórias sobre a violência (Fernandes; Borges; Santos, 2022).

As histórias de resistência surgem da combinação entre provas visuais, relatos de testemunhas e mobilização por hashtags, funcionando como um contraponto às versões oficiais e como uma forma de pressionar por responsabilidade das instituições. Nesse processo, nomear as vítimas e os responsáveis é fundamental, pois isso personaliza a violência, fortalece a memória coletiva e sustenta o pedido por justiça (Silva; Almeida, 2024; Rodrigues; Penteado; Oliveira, 2022).

Do ponto de vista arquivístico, as provas visuais e os relatos nas redes sociais configuram documentos nato-digitais com forte valor de evidência. Ao se organizarem em torno de hashtags, esses registros formam arquivos comunitários descentralizados que atuam como ferramentas de contramemória frente aos arquivos institucionais tradicionais. Além disso, o ato de nomear as vítimas e os responsáveis funciona como um processo de atribuição de metadados e indexação social. Essa descrição contextual é o que garante a recuperação da informação e a manutenção da cadeia de custódia intelectual, cumprindo a função social da Arquivologia de preservar a identidade, combater o apagamento e apoiar a garantia de direitos.

2.2.2 Afirmação da Identidade e Memoriais Digitais

As histórias digitais afirmam a identidade negra ao criar contranarrativas e um luto coletivo diante da violência racial. A afirmação racial aparece claramente nos debates no Twitter sobre assassinatos que tiveram grande repercussão pública, onde os usuários destacam a categoria negro e se alinham com os enquadramentos propostos por movimentos negros, como forma de afirmar a identidade coletiva e aumentar sua visibilidade social (Murphy, 2025). Ao mesmo tempo, as práticas de lembrar digitalmente, associadas a figuras como Marielle Franco, funcionam como atos performativos e de arquivamento, criando uma espécie de “presença assombrada online” que mantém a memória pública viva e conecta o luto à ação política contínua (Rodrigues; Penteado; Oliveira, 2022). A conceituação das práticas oferece uma lente inovadora para

analisar a memória digital. Essa perspectiva sugere que a persistência de conteúdos online, mesmo após a sua efemeridade inicial, confere-lhes um caráter espectral, influenciando continuamente as narrativas e identidades presentes, e reforçando a necessidade de estratégias de preservação que capturem essa dimensão performática.

A nomeação e a criação de vocabulários dentro dos contrapúblicos digitais ajudam a elaborar enquadramentos que juntam raça, gênero e sexualidade, além de produzir narrativas duradouras, muito usadas em ações ativistas e pedidos por justiça (Silva; Almeida, 2024). Nesse cenário, os arquivos digitais e os conteúdos selecionados, como playlists e postagens, contribuem para fortalecer a memória e a identidade coletiva organizadas e testemunhos reunidos funcionam como arquivos de contramemória, permitindo que essas histórias sejam recuperadas no futuro e usadas para ensinar sobre a memória da comunidade (Rodrigues; Penteado; Oliveira, 2022; Silva; Almeida, 2024).

A memória digital do ativismo antirracista enfrenta desafios como fragmentação, disputas sobre como as narrativas são apresentadas e limitações das plataformas que dificultam sua continuidade. Em relação à desigualdade na mídia, a mídia tradicional costuma mostrar os fatos de forma limitada, enquanto as mídias digitais destacam o protesto e a crítica racial, o que gera exposições públicas desiguais e disputas sobre o significado dos eventos (de-Lima-Santos; Ceron, 2022). Além disso, a sobrecarga emocional e as questões éticas relacionadas à viralização mostram tensões importantes: embora a grande circulação de imagens de violência provoque indignação, ela também levanta preocupações sobre a repetição da exposição ao sofrimento, a comercialização da dor e os mecanismos de controle das plataformas (Marques; Carrera, 2022).

Este cenário complexo do ativismo digital antirracista, caracterizado pela fragmentação de informações, disputas narrativas e efemeridade das plataformas, estabelece um campo de desafios significativos para a preservação digital na Arquivologia. A natureza volátil do conteúdo digital, a rápida obsolescência tecnológica e a dependência de infraestruturas de terceiros para a manutenção dessas memórias exigem abordagens arquivísticas inovadoras. A Arquivologia, nesse contexto, é chamada a desenvolver estratégias para garantir a autenticidade, a integridade e a acessibilidade a longo prazo desses registros, que são cruciais para a construção da memória social e histórica. A preservação digital não se limita à mera guarda de dados, mas envolve a contextualização e a garantia de que as narrativas digitais possam ser compreendidas e utilizadas por futuras gerações, enfrentando as questões éticas e técnicas inerentes à sua

origem e circulação em ambientes digitais (Rodrigues; Penteado; Oliveira, 2022; Silva; Almeida, 2024).

A fragmentação em rede é outro problema importante, já que redes de hashtags podem formar grupos muito fechados, limitando a divulgação entre diferentes públicos, como mostram comparações entre casos no Brasil e nos Estados Unidos (Fernandes; Borges; Santos, 2022). Além disso, hashtags contestadas podem tanto unir pessoas em solidariedade quanto reproduzir visões racistas, como mostram os debates em torno de #SomosTodosMacacos, que ilustram como os significados são construídos socialmente em contextos de controvérsia digital (Carvalho, 2024).

A partir da análise de Fernandes, Borges e Santos (2022) e Carvalho (2024), observa-se que a organização de informações por meio de hashtags apresenta desafios complexos para a difusão arquivística. A fragmentação em rede tende a criar 'bolhas' ou grupos fechados que limitam o acesso à informação, o que pode impedir o alcance de narrativas de resistência a públicos diversos. Adicionalmente, nota-se que as hashtags funcionam como metadados sociais dinâmicos e instáveis, capazes de agregar comunidades em solidariedade ou de serem apropriadas para a reprodução de discursos racistas. Tal cenário demonstra que o sentido e o valor de prova desses documentos digitais são construídos socialmente, dependendo diretamente do contexto de disputa em que se inserem.

Por fim, a sustentabilidade dos arquivos do ativismo digital ainda é pouco estudada, sendo necessário realizar pesquisas longas e críticas sobre preservação, governança, ética e os efeitos ambíguos da transformação dos dados em poder, que pode tanto empoderar quanto vigiar (Silva; Almeida, 2024; Rodrigues; Penteado; Oliveira, 2022; de-Lima-Santos; Ceron, 2022).

A partir dessa análise, depreende-se que a preservação e a manutenção de arquivos de ativismo digital ao longo do tempo ainda representam um campo com lacunas científicas significativas. Considera-se fundamental que a Arquivologia aprofunde as discussões sobre a governança e a ética no tratamento desses dados. Identifica-se uma dualidade crítica: enquanto a documentação das lutas antirracistas na Paraíba funciona como ferramenta de empoderamento e contramemória, tais registros, na ausência de proteção adequada, podem ser instrumentalizados para a vigilância e o controle dos movimentos. Portanto, a garantia da sustentabilidade arquivística desses documentos digitais constitui um desafio que exige responsabilidade técnica e política, visando assegurar que a informação sirva à justiça e não à repressão.

2.3 CIBERQUILOMBISMO, IDENTIDADE E ESTÉTICA AFRO-BRASILEIRA NAS NARRATIVAS DIGITAIS

O termo ciberquilombismo vem do conceito de quilombo, que são territórios autônomos criados por negros e negras brasileiros que se inspiram na filosofia política do quilombismo, historicamente um espaço de liberdade, resistência e preservação da cultura (Franco, 2021; Santos; Silva, 2019). A definição do termo ciberquilombismo, que se origina do conceito de quilombo, territórios autônomos criados por negros e negras brasileiros, conforme abordado, é central para a compreensão da resistência digital. Essa transposição do conceito histórico para o ambiente virtual destaca a continuidade das lutas por autonomia e preservação cultural, adaptando-se às novas ferramentas e espaços de articulação e visibilidade.

O ciberquilombismo caracteriza-se como uma ferramenta política e arquivística essencial no combate ao racismo contemporâneo. Ao resgatar a filosofia do quilombismo baseada na autonomia e resistência, o conceito descreve a criação de territórios seguros no ambiente digital, a exemplo do Instagram. Sob a ótica da Arquivologia, tais espaços são fundamentais por funcionarem como custodiadores de uma memória frequentemente negligenciada ou apagada pelas instituições oficiais. No âmbito do ciberquilombo, a produção e preservação de documentos digitais transcendem o ato técnico, configurando-se como uma prática de liberdade que assegura a continuidade da cultura e das vozes negras na rede, transformando dados em instrumentos de proteção e contraofensiva às violências históricas.

O território dos ciberquilombos é o espaço negro digital imaginado, onde afro-brasileiros e afro-brasileiras recriam e reinventam o passado, o presente e o futuro por meio da produção cultural e criativa. Plataformas como Instagram, YouTube, Facebook, Twitter e outras são quilombos modernos e imaginativos, enfrentando os legados do sistema colonial, da supremacia branca e do mito da democracia racial no Brasil (Marques; Camargo, 2020; Mitchell-Walthour, 2020; Bovet; Brito; Lira, 2021; Malta; Oliveira, 2016). Essas práticas vão além de reagir às opressões, sendo estratégias ativas de construção comunitária e intervenção no conhecimento, que colocam em destaque saberes, experiências e estéticas negras (Pinto da Costa Júnior, 2021; Vieira dos Santos, 2022).

Durante o governo Bolsonaro (2018–2022), o ativismo digital afro-brasileiro cresceu como resposta ao aumento do racismo, da violência policial e dos ataques às comunidades afro-religiosas, fazendo com que criadores de conteúdo e organizadores digitais se tornassem figuras centrais na luta por justiça social, educação política e defesa da comunidade (Pinto da Costa Júnior, 2021; Mitchell-Walthour, 2020; Mitchell-Walthour; Gillam, 2024). Analisar essas práticas é fundamental para entender a política negra atual no Brasil e na diáspora africana.

2.3.1 Fundamentos Teóricos: dos Quilombos ao Ciberquilombismo

Para entender o ciberquilombismo, é preciso olhar rapidamente para a importância histórica dos quilombos na formação social do Brasil. Entre os séculos XVI e XIX, os quilombos eram comunidades autônomas formadas por africanos escravizados que fugiram da escravidão, destacando-se Palmares, não só por durar muito tempo, mas também por desenvolver sistemas sociais, econômicos e políticos alternativos ao domínio colonial (Marques; Camargo, 2020; Santos; Silva, 2019). Esses espaços de resistência ativa, preservação cultural e organização social, que existiram junto com o apagamento histórico das culturas negras no Brasil, não eram apenas refúgios (Marques; Camargo, 2020).

A afirmação dos autores de que os quilombos não eram apenas refúgios, mas espaços de resistência ativa e preservação cultural, amplia a compreensão histórica desses locais. Essa perspectiva é crucial, pois estabelece um paralelo com o ciberquilombismo, sugerindo que os espaços digitais também funcionam como territórios de agência e manutenção da identidade e memória quilombola, desafiando narrativas dominantes e promovendo a autoafirmação.

As comunidades quilombolas atuais continuam essa luta, reconhecida legalmente pela Constituição de 1988, mas ameaçada pelo avanço do agronegócio, mineração e falta de apoio do governo. Assim, o ciberquilombismo é a extensão do conceito histórico de quilombo adaptado para o espaço digital (Franco, 2021; Santos; Silva, 2019). Os chamados “quilombos virtuais” são formas atuais de retomar territórios e fortalecer o poder negro nas redes sociais, permitindo resistência e produção cultural fora dos espaços físicos dominados por brancos (Santos; Silva, 2019).

O conceito também está ligado ao ativismo educacional antirracista, oferecendo recursos para ensino e espaços seguros para a expressão negra que combinam refúgio e

resistência ativa (Franco, 2021). A ideia de “aquilombamento virtual” mostra o potencial das plataformas digitais para formar redes de apoio, compartilhar saberes e coordenar ações políticas à distância (Brito, 2024; Santos; Silva, 2019).

Por fim, a noção de “territórios digitais negros especulativos” amplia o ciberquilombismo para uma visão futurista, conectando-o às epistemologias e estéticas afrofuturistas, que ajudam os afro-brasileiros a imaginar e construir futuros alternativos, marcados pela criatividade, agência e futuro negro (King, 2023; Brock, 2023). A noção de “territórios digitais negros especulativos”, que se conecta às epistemologias e estéticas afrofuturistas, conforme explorado por King (2023) e Brock (2023), oferece uma visão prospectiva e criativa sobre a presença negra no ambiente digital. Essa abordagem enriquece a discussão sobre ciberquilombismo, ao projetar futuros possíveis e imaginários onde a tecnologia é utilizada para reconfigurar identidades e construir espaços de autonomia e celebração cultural, desafiando as limitações impostas pelo presente.

2.3.2 Ciberquilombismo: Quadro Conceptual

O ciberquilombismo, uma expansão do conceito de quilombo para o espaço digital, explica como afro-brasileiros criam territórios online autônomos como formas de expressão cultural, organização política e resistência ao racismo (Franco, 2021; Santos; Silva, 2019). A reiteração sobre o ciberquilombismo como uma expansão do conceito de quilombo para o espaço digital reforça a ideia de continuidade e adaptação da resistência. Essa perspectiva demonstra como as comunidades quilombolas utilizam as ferramentas digitais para manter suas tradições, fortalecer laços e lutar por reconhecimento, transformando o ciberespaço em um novo tipo de território de resistência e afirmação cultural.

Santos e Silva (2019) definem os “quilombos virtuais” como “novas expressões de reterritorialização, resistência, ativismo e empoderamento negro em redes sociais”, ou seja, o uso dos espaços digitais como quilombos atuais para resistir, se organizar e imaginar além do território branco. O trabalho de Franco (2021) fala sobre a educação antirracista através do ciberquilombismo, argumentando que o ativismo na internet feito por negros é educativo, pois oferece recursos para conscientizar e capacitar (Franco, 2021; Santos; Silva, 2019).

O conceito se baseia no significado original do quilombo como refúgio e território de resistência ativa, onde os quilombos digitais são espaços para a visibilidade negra, enquanto lutam contraestruturas racistas por meio da exposição e da presença educacional e ação. Brito (2024) também fala sobre o quilombismo virtual, mostrando como ele ajuda na criação de comunidades digitais.

Esse conceito destaca que as plataformas digitais permitem que os negros brasileiros criem redes de apoio, compartilhem conhecimentos culturais e organizem ações políticas mesmo estando longe (Brito, 2024; Santos; Silva, 2019).

A ideia de King sobre "territórios digitais negros especulativos" acrescenta uma visão voltada para o futuro, mostrando como esses espaços ajudam os afro-brasileiros a imaginar e construir futuros diferentes, livres das limitações coloniais e racistas (King, 2023). Isso conecta o ciberquilombismo com a estética e os conhecimentos afrofuturistas, que valorizam a criatividade, a ação e o futuro negro (Brock, 2023; King, 2023).

O conceito de 'territórios digitais negros especulativos' proposto por King (2023) introduz uma dimensão estratégica para a preservação documental, ao sugerir que esses espaços não apenas salvaguardam o passado, mas também o que se projeta construir. No contexto desta pesquisa, observa-se que os movimentos antirracistas na Paraíba utilizam o ambiente digital para romper com a lógica colonial que, historicamente, silenciou ou distorceu as memórias negras nos arquivos oficiais.

Ao articular o ciberquilombismo ao afrofuturismo, tais grupos convertem as redes sociais em laboratórios de inovação e criatividade. Para a Arquivologia, tal fenômeno indica a emergência de um novo tipo de patrimônio documental que atua, simultaneamente, como prova de resistência e diretriz para o futuro, assegurando às próximas gerações o acesso a um acervo de possibilidades e liberdade.

2.3.3 Tradições Teóricas Relacionadas

O ciberquilombismo conversa diretamente com o Quilombismo, filosofia política de Abdias do Nascimento, ao levar para o mundo digital a defesa da organização coletiva, da cultura negra e da luta contra o racismo, em oposição à ideia de integração individual numa sociedade que é estruturalmente branca (D'Arrochella et al., 2022). Ele também se relaciona com o conceito de amefricanidade, criado por Lélia Gonzalez, que entende as experiências históricas e culturais compartilhadas pelos povos afrodescendentes nas Américas, mostrando tradições comuns de resistência contra o colonialismo, a escravidão

e o racismo (D'Arrochella et al., 2022; Vieira dos Santos, 2022). A relação com o conceito de amefricanidade, que evidencia tradições comuns de resistência contra o colonialismo, a escravidão e o racismo, conforme discutido pelos autores, contextualiza o ciberquilombismo em uma luta transnacional. Essa conexão amplia a compreensão do movimento, mostrando que as práticas digitais de resistência quilombola se inserem em um panorama mais vasto de solidariedade e luta por justiça racial e social em todo o continente americano, reforçando a universalidade de suas pautas.

Aplicar a amefricanidade ao ambiente digital mostra como intelectuais negras brasileiras usam as redes sociais para se conectar às tradições e conhecimentos da diáspora africana, colocando o ciberquilombismo como parte de culturas digitais negras que cruzam fronteiras, e não como um fenômeno isolado (Vieira dos Santos, 2022; Zhang; Araujo; Nunes, 2022). O conceito também se baseia na teoria decolonial, desenvolvida por autores como Quijano, Mignolo e Walsh, que mostram que a colonialidade do poder e do conhecimento continua mesmo depois da independência formal. Assim, os meios digitais são espaços de resistência ao conhecimento dominante, onde criadores afro-brasileiros desafiam narrativas eurocêntricas e valorizam perspectivas africanas e indígenas (Sabbatini, 2021; Santos; Silva, 2019).

Por fim, o ciberquilombismo é influenciado pela interseccionalidade criada por Kimberlé Crenshaw e fortalecida pela teoria feminista negra, que explica como raça, gênero, classe e sexualidade se cruzam para criar opressões e resistências diferentes (Brito, 2024; Marques; Camargo, 2020; Perrine, 2020; Santos; Silva, 2019).

O ativismo digital afro-brasileiro é muito marcado pela participação de mulheres negras e ativistas LGBTQ+, que enfrentam racismo, sexismo, homofobia e transfobia, ajudando a destacar a importância das organizações feministas negras no ambiente digital (Brito, 2024; Malta; Oliveira, 2016; Marques; Camargo, 2020; Santos; Silva, 2019).

Por último, as ideias do Feminismo negro brasileiro, desenvolvidas por Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro e Beatriz Nascimento, que também falam sobre espaço, são importantes para ampliar o ativismo étnico-racial. Isso significa que as mulheres negras ficam mais livres para criar discursos, ações políticas e formas de combater o racismo e o sexismo, ou seja, “enegrecendo” as redes digitais (Brito, 2024; Malta; Oliveira, 2016; Perrine, 2020; Santos; Silva, 2019).

A fundamentação no Feminismo Negro Brasileiro, alicerçada em intelectuais como Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro e Beatriz Nascimento, possibilita a compreensão do ambiente digital para além da dimensão técnica. Ao transpor os conceitos de espaço e

território para a rede, nota-se que as mulheres negras não apenas utilizam as plataformas, mas promovem o 'enegrecimento' das redes digitais. No âmbito desta pesquisa, tal processo evidencia a criação de arquivos de reexistência, nos quais discursos e ações políticas combatem simultaneamente o racismo e o sexismo. Trata-se de um processo de ocupação em que o documento digital assume o papel de ferramenta de libertação, assegurando a preservação da memória e da produção intelectual das mulheres negras à margem das estruturas coloniais.

2.4 O INSTAGRAM E O ATIVISMO VISUAL DA POPULAÇÃO NEGRA: A ARQUIVOLOGIA COMO UMA ÁREA DE APOIO E DE RESISTÊNCIA DESSA POPULAÇÃO

O Instagram se tornou uma plataforma muito importante para o ativismo visual afro-brasileiro e para a construção da identidade. A plataforma valoriza imagens e histórias visuais, o que combina com as estratégias usadas para afirmar a cultura negra (Brito, 2024; Malta; Oliveira, 2016; Marques; Camargo, 2020). Um estudo detalhado de Marques et al. sobre Djankaw, uma ativista quilombola negra e trans, mostra como o Instagram permite “práticas multissemióticas de resistência” que juntam fotos, vídeos, textos, legendas e hashtags para desafiar narrativas coloniais e afirmar a identidade quilombola (Marques; Camargo, 2020). A análise destaca a riqueza expressiva do ativismo digital. Essa combinação de linguagens e formatos é crucial para a construção de narrativas complexas e engajadoras, que conseguem comunicar a profundidade da cultura e da luta quilombola, alcançando um público mais amplo e diversificado.

As postagens de Djankaw no Instagram mostram o dia a dia quilombola e, segundo Marques; Camargo (2020), tornam a cultura quilombola visível, combatem estereótipos coloniais e, por meio de práticas estéticas e interações digitais, criam comunidade e afirmam o orgulho cultural negro diante dos padrões eurocêntricos.

A plataforma também permite, segundo Marques; Camargo (2020), “práticas de resistência contra o apagamento histórico das culturas quilombolas” (Marques; Camargo, 2020). Ao publicar conteúdos que mostram as experiências de pessoas negras e quilombolas, os ativistas combatem a invisibilidade e a marginalização que existem na maior parte dos meios de comunicação e do discurso público brasileiro (Marques; Camargo, 2020; Brito, 2024; Marques; Camargo, 2020). O Instagram funciona, portanto,

como um quilombo digital, um espaço onde os negros brasileiros podem existir, criar e se organizar do jeito que querem.

2.4.1 Estratégias Estéticas e Identidade Afro-brasileira

As práticas estéticas são estratégias importantes de resistência e afirmação cultural no ativismo digital afro-brasileiro, destacando a política do cabelo natural como símbolo de orgulho negro e rejeição dos padrões de beleza eurocêtricos (Brito, 2024; Malta; Oliveira, 2016; Perrine, 2020). Perrine (2020) mostra como youtubers negras produzem conteúdos que celebram o cabelo natural e falam sobre seu significado político, enquanto Malta; Oliveira (2016) mostram o uso das redes digitais para valorizar características negras, pele escura, cabelos crespos e traços que foram desvalorizados historicamente, desafiando o racismo estrutural. Marques; Camargo (2020) analisam o caso de Djankaw, mostrando como maquiagem, penteados, roupas africanas e instrumentos tradicionais funcionam como formas de resistência e afirmação da identidade.

O afrofuturismo, que junta cultura afro-diaspórica, tecnologia e imaginação, ganha importância na cultura digital afro-brasileira (Brito, 2024; Cunha Klein; Silva Batista, 2023; King, 2023). Brock (2023) define o afrofuturismo brasileiro como uma “tecnologia social” que ajuda a imaginar futuros diferentes, livres do colonialismo e do racismo, enquanto King (2023) destaca a criação de “territórios digitais especulativos” focados na ação e no futuro negro. Cunha Klein; Silva Batista (2023) apontam que essas formas estéticas funcionam como uma educação contra o racismo, embora também mostrem que o racismo ainda existe nas redes sociais.

2.5 EFEMERIDADE DIGITAL: NEM TUDO É O QUE SE VER

A efemeridade digital é a característica dos conteúdos nas redes sociais de serem temporários, valorizando a rapidez, o engajamento e a sensação de autenticidade, em vez de preservar os conteúdos por muito tempo (Cardell; Douglas; Maguire, 2017). Os Stories do Instagram são um exemplo dessa lógica “anti-arquivística”, pois quebram com as formas tradicionais de guardar informações e mudam a forma como o público, as identidades e as experiências digitais são construídos, embora isso cause ansiedade por causa da perda rápida dos conteúdos (Cardell et al., 2017; Cassidy et al., 2019). Desde 2016, o Instagram se tornou a principal plataforma para mídias efêmeras, com conteúdos

que desaparecem em 24 horas, priorizando vídeos recentes e sem oferecer ferramentas fortes para arquivar esses dados, além de impor restrições que dificultam a coleta e a preservação sistemática (Cassidy et al., 2019; De, 2024; Achmann-Denkler; Wolff, 2024; Zheng; Weigle, 2024). As restrições que dificultam a coleta e a preservação sistemática de mídias efêmeras no Instagram, conforme apontado, representam um desafio significativo para a Arquivologia digital. Essa multiplicidade de referências valida a complexidade do problema, sublinhando a necessidade urgente de desenvolver metodologias e ferramentas inovadoras para garantir que o patrimônio digital, especialmente o efêmero, seja salvo para a posteridade, evitando a perda de registros históricos valiosos.

No processo de “plataformização” da memória, as plataformas digitais não só guardam, mas também moldam e tornam a memória social efêmera, seguindo interesses comerciais e algoritmos. Isso causa um “achatamento da memória e da história” e influencia o que as pessoas e grupos decidem lembrar ou esquecer (Ibrahim, 2018; Locatelli, 2021; Krueckeberg, 2021). Os principais formatos efêmeros do Instagram como os Stories, Lives e Reels, aumentam a sensação de estar presente no momento, mas também aumentam o risco de perda definitiva dos conteúdos, especialmente por causa do curto tempo disponível, da instabilidade da plataforma e da diminuição da visibilidade dos conteúdos antigos. Isso afeta principalmente comunidades marginalizadas (Cassidy et al., 2019; Banerjee, 2025; De, 2024).

Guardar esses conteúdos enfrenta vários desafios técnicos, institucionais, éticos e legais, como limitações nas ferramentas de acesso, falhas nos arquivos online, falta de políticas claras de preservação, questões de privacidade e dúvidas jurídicas relacionadas aos termos de uso e direitos autorais (Achmann-Denkler; Wolff, 2024; Cannelli, 2024; Lindström, 2019; Zheng; Weigle, 2024). O controle feito por algoritmos piora esses problemas, causando silenciamentos, censura e perda de visibilidade, como mostram estudos sobre racismo algorítmico, ativismo palestino e impactos sobre mulheres negras (Soares, 2025; De, 2024).

Essas situações prejudicam a memória coletiva, levando à perda de arquivos culturais e enfraquecendo a documentação de eventos históricos, com consequências graves para movimentos sociais e comunidades marginalizadas que usam o Instagram para resistir ao apagamento histórico e construir identidades coletivas (Cardell et al., 2017; Cassidy et al., 2019; Ibrahim, 2018; Jeswani, 2025). Embora existam soluções técnicas emergentes e formas locais de resistência, como arquivos digitais independentes

e estratégias para driblar os algoritmos, essas iniciativas ainda são fragmentadas, frágeis e dependem da estabilidade e das regras das plataformas (Achmann-Denkler; Wolff, 2024; Zheng; Weigle, 2024; Cannelli, 2024).

A instabilidade das plataformas digitais, a exemplo do Instagram, representa uma ameaça direta à memória coletiva. Para movimentos sociais e comunidades marginalizadas, a perda de publicações ou a suspensão de contas transcende a falha técnica, configurando um apagamento histórico de evidências de resistência e da construção de identidades. Observa-se que, apesar das tentativas de criação de arquivos independentes e do emprego de táticas de contorno algorítmico, tais ações permanecem vulneráveis e condicionadas às políticas de empresas privadas. Sob a perspectiva arquivística, identifica-se a necessidade de converter essas iniciativas fragmentadas em estratégias de preservação documental de longo prazo, visando assegurar que o patrimônio desses grupos não permaneça sujeito à fragilidade das redes sociais.

2.6 A PRESERVAÇÃO DIGITAL NA PERSPECTIVA DA ARQUIVOLOGIA E AS DIRETRIZES DO CONARQ

A inserção das narrativas digitais no escopo da memória social, especialmente aquelas produzidas em plataformas de mídias sociais efêmeras como o Instagram, impõe à Arquivologia o desafio de resguardar a autenticidade, a confiabilidade e o acesso a longo prazo desses registros. A preservação digital arquivística transcende a simples manutenção tecnológica, como a realização de backups ou o armazenamento em nuvem, configurando-se como uma ação sistêmica e contínua que garante a cadeia de custódia ininterrupta do documento digital. Segundo Flores (2015), a adoção de Repositórios Arquivísticos Digitais Confiáveis (RDC-Arq) é imperativa para evitar o apagamento histórico e a obsolescência tecnológica, assegurando que os pacotes de informação arquivística se mantenham autênticos desde a sua captura até a sua guarda permanente.

Para Santos (2012), a gestão de documentos digitais deve estar intrinsecamente ligada às políticas de preservação, uma vez que a fidedignidade da informação depende do controle rigoroso de seu contexto de produção e de sua fixidez. No cenário do ativismo digital negro e indígena, em que a informação é descentralizada e altamente vulnerável às políticas comerciais e arquiteturas restritivas das plataformas de redes sociais, essa gestão torna-se um ato político fundamental para a garantia de direitos e a sustentabilidade de uma memória estruturada.

Corroborando essa visão, Silva (2019) aponta a importância de estratégias robustas de migração, emulação e uso de formatos abertos. O autor pontua que a preservação de objetos digitais complexos, como os vídeos, stories, reels e postagens interativas multimodais típicas do Instagram exige metodologias que mantenham a experiência de acesso original e o relacionamento lógico inquebrável entre os metadados e o conteúdo.

Da mesma forma, Rocco (2021) enfatiza as particularidades da preservação em ambientes digitais e as urgências do arquivamento da web (web archiving). A autora alerta para a necessidade de políticas de preservação sistêmicas capazes de mitigar a perda irreparável de informações geradas nas redes sociais. Essas plataformas funcionam, muitas vezes, como os únicos acervos documentais das articulações comunitárias e de mobilização, demandando práticas que garantam sua fixação como prova e evidência histórica.

Rocha (2015) amplia essa discussão a partir das constatações do Projeto InterPARES, reforçando que o documento arquivístico digital necessita de requisitos rigorosos para fundamentar sua presunção de autenticidade. A autora destaca a relevância de formular políticas claras de preservação digital e utilizar repositórios projetados especificamente para cumprir com normas arquivísticas. Esse rigor metodológico é essencial para que o "ciberquilombismo" e as narrativas da resistência não sucumbam à efemeridade inerente ao meio digital.

No âmbito normativo brasileiro, o Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) tem publicado resoluções estratégicas para orientar o tratamento desses novos formatos. Destaca-se a Resolução nº 43/2015, que solidificou as diretrizes para a implementação dos RDC-Arq nos órgãos do Sistema Nacional de Arquivos (SINAR). Mais recentemente, dialogando diretamente com o objeto desta pesquisa, o CONARQ publicou a Resolução nº 53, de 25 de agosto de 2023, que define os "requisitos mínimos de preservação para websites e mídias sociais". Essa resolução legítima, em âmbito arquivístico nacional, a urgência de capturar, gerenciar e preservar os conteúdos produzidos e veiculados nas redes sociais, amparando iniciativas de arquivamento institucional e comunitário voltadas aos perfis de movimentos antirracistas na Paraíba e garantindo que esses espaços de memória coletiva e visibilidade sejam formalmente reconhecidos e salvaguardados.

3 METODOLOGIA

A metodologia usada neste estudo é qualitativa, começando com uma análise de documentos e um estudo de caso. A pesquisa qualitativa atual valoriza a combinação de métodos, como análise documental e estudo de caso, para entender melhor fenômenos sociais complexos (Owen, 2014; Wood; Sebar; Vecchio, 2020).

Especificamente, o método envolve analisar perfis no Instagram de movimentos sociais, como a Rede de Mulheres Negras e alguns quilombos no Estado da Paraíba. Essa abordagem busca identificar práticas de preservação, tipos de conteúdo produzido, ameaças à conservação dessas histórias digitais e sugerir recomendações para a área de Arquivologia.

Para isso, o estudo se baseia na análise qualitativa da literatura especializada sobre preservação de narrativas digitais, focando em identificar práticas de preservação, tipos de conteúdo, riscos para a conservação e recomendações para a Arquivologia. Foram examinados estudos de caso, relatórios institucionais e pesquisas teóricas que tratam de estratégias como captura e preservação em nível técnico, emulação, migração e encapsulamento, considerando a importância de manter tanto a integridade técnica quanto a experiência do usuário (Clark; Rossi; Wisdom, 2020; McDonough et al., 2010).

A análise também classificou as narrativas digitais para relacionar características técnicas e desafios específicos da preservação (Clark; Rossi; Wisdom, 2020; Marshall; Golovchinsky, 2004; Formenton; Gracioso, 2023). Depois, foram investigados os principais riscos de deterioração dessas narrativas (McDonough et al., 2010; Becker et al., 2007).

Por fim, com base na revisão crítica da literatura, foram reunidas recomendações para a Arquivologia, especialmente sobre a implementação de políticas e práticas para preservar essas narrativas digitais, workflows institucionais, à aplicação de padrões de metadados, ao desenvolvimento de competências técnicas especializadas e à participação em iniciativas colaborativas para a preservação de objetos digitais complexos (Clark; Rossi; Wisdom, 2020; Marshall; Golovchinsky, 2004; Formenton; Gracioso, 2023).

Para isso, foram analisados os perfis escolhidos, considerando aspectos como a variedade de formatos de conteúdo (fotografias, vídeos, stories, reels), simbolismos, estratégias de engajamento e de conservação digital.

Os resultados da análise foram comparados com a literatura acadêmica sobre preservação digital, arquivística comunitária e ativismo digital, para fundamentar e ampliar a análise sobre os desafios e as possibilidades de garantir a memória e a história dessas lutas no contexto local. A arquivística comunitária pode ser compreendida como uma abordagem arquivística que reconhece e valoriza os registros produzidos por comunidades marginalizadas, como as comunidades negras e indígenas, que muitas vezes são negligenciadas pelas instituições arquivísticas tradicionais. Ela busca empoderar essas comunidades, permitindo que elas próprias controlem a organização, a descrição, a preservação e o acesso aos seus próprios arquivos, garantindo que suas histórias e memórias sejam contadas a partir de suas próprias perspectivas. Destaca-se a importância de preservar os dados e o conteúdo digital produzido por comunidades negras e indígenas, que enfrentam problemas de visibilidade, exclusão digital e dificuldade de acesso a tecnologias para armazenamento.

Portanto, a contribuição da Arquivologia será fundamental para criar estratégias eficazes que garantam a continuidade e o acesso a essas narrativas, reafirmando o papel da disciplina na construção de práticas que protejam a memória social e histórica da luta antirracista paraibana. Do ponto de vista ético e metodológico, este estudo impõe-se pela urgência de salvaguardar memórias digitais que constituem, em sua essência, verdadeiros atos de resistência. A minha aproximação com o objeto empírico dá-se de maneira visceral e implicada, uma vez que está ancorada no pertencimento a uma linhagem de mulheres negras cujas trajetórias abriram caminhos e viabilizaram o meu ingresso e a minha permanência no espaço acadêmico.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Este capítulo analisa perfis do Instagram ligados a movimentos e comunidades negras e indígenas da Paraíba e do Nordeste, com o objetivo de entender como suas produções digitais ajudam a preservar a memória coletiva e as narrativas antirracistas. As páginas analisadas: @redemulheresnegrasnordeste, @neabi_ufpb, @cocam.ufpb, @quilombocaiana, @negritudeunificadapb, @quilombodeparatibe, @abayomipb e @cena_preta, são espaços importantes de resistência, visibilidade e construção de identidades no ambiente digital, combinando práticas de comunicação que fortalecem a história e a memória das populações negras e indígenas hoje.

O perfil @redemulheresnegrasnordeste representa a presença digital da Rede de Mulheres Negras do Nordeste (RMNN), uma organização política nacional criada em 2013, que reúne grupos e coletivos de mulheres negras de todos os estados do Nordeste. Formada durante os processos de mobilização e realização da Marcha Nacional de Mulheres Negras, a RMNN se consolidou como um movimento e espaço intelectual influente no movimento social, afrofeminista e antirracista da região.

Figura 1 - Redes de Mulheres Negras Nordeste



Fonte: @redemulheresnegrasnordeste (2026)

No Instagram, esse perfil funciona como um espaço de comunicação e memória, divulgando campanhas, eventos, datas simbólicas e mobilizações políticas, criando um registro vivo das lutas e conquistas das mulheres negras no Nordeste.

Os conteúdos publicados focam em temas de mobilização e ações coletivas, como convites para a Marcha das Mulheres Negras por Reparação e Bem Viver, junto com reflexões sobre leis de educação antirracista e políticas públicas.

Também se destacam postagens comemorativas e educativas, que reforçam datas importantes como o Dia Internacional da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha (25 de julho), além de publicações que valorizam trajetórias e histórias de mulheres negras, muitas vezes ausentes na mídia tradicional. Por isso, o perfil atua como um verdadeiro arquivo vivo das ações políticas e culturais dessas mulheres, reunindo imagens e textos que preservam conhecimentos, memórias e experiências coletivas.

Essa presença digital tem um papel fundamental na preservação da memória e da história dos movimentos antirracistas, funcionando como uma forma de documentação popular e descentralizada. No entanto, essa produção enfrenta ameaças, como a dependência de uma plataforma privada, a efemeridade dos conteúdos e a dificuldade de acesso por públicos periféricos, o que pode prejudicar a conservação dessas narrativas.

Diante disso, a Arquivologia surge como uma ferramenta essencial para garantir a preservação dessas histórias digitais. Práticas como arquivar sistematicamente as postagens, catalogar com metadados e criar repositórios digitais públicos ou colaborativos permitem que os conteúdos da RMNN se tornem patrimônio documental coletivo. Assim, a Rede de Mulheres Negras do Nordeste se transforma não só em um espaço de mobilização, mas também em um acervo dinâmico da luta antirracista e afrofeminista da região, cuja preservação exige ações intencionais para garantir sua continuidade histórica.

O perfil @neabi_ufpb é o espaço oficial do núcleo de estudos e pesquisas em afro-brasileiros e indígenas da Universidade Federal da Paraíba, um ambiente acadêmico dedicado à pesquisa, ensino e extensão nas áreas de relações étnico-raciais, educação antirracista e cultura afro-indígena. No Instagram, o núcleo compartilha conhecimento, convida a comunidade universitária e registra atividades relacionadas às políticas de inclusão e diversidade.

Figura 2 - Neabi CCHLA/UFPB

Fonte: @neabi_ufpb (2026)

Os conteúdos produzidos focam em três grandes temas: eventos e atividades formativas (seminários, oficinas, grupos de conversa); informações sobre parcerias institucionais e políticas afirmativas dentro da universidade; e projetos de apoio e acolhimento aos estudantes, como grupos terapêuticos e ações para garantir a permanência. Cada publicação reforça o compromisso com a valorização do saber afro-brasileiro e indígena, promovendo a educação antirracista e o debate público sobre igualdade racial no meio acadêmico.

Além de sua função de comunicação, o perfil também atua como arquivo digital das práticas de ensino e extensão do grupo. Ele preserva registros de eventos, materiais educativos e campanhas que, no futuro, esses perfis podem ser usados como fonte para contar a história das ações afirmativas e das políticas de diversidade na UFPB. Porém, eles também enfrentam problemas comuns às redes sociais, como a falta de mecanismos próprios para guardar o conteúdo e o risco de perda de informações por falhas técnicas, exclusão de contas ou mudanças nos algoritmos.

Para garantir que essas histórias sejam preservadas, a Arquivologia pode ajudar criando repositórios institucionais, fazendo backups regulares das publicações e usando metadados detalhados que expliquem o contexto social e político de cada ação. Essas práticas ajudam a formar um acervo digital que guarda as contribuições do NEABI como um marco na luta pela educação antirracista e pela valorização das identidades afro-indígenas dentro e fora da universidade.

O perfil @cocam.ufpb é da Comunidade Colaborativa de Mulheres Afro-Brasileiras e Ameríndias da Universidade Federal da Paraíba. Esse grupo une extensão, cultura e mobilização social para defender os direitos das mulheres e fortalecer as identidades étnico-raciais. No Instagram, o perfil funciona como um espaço para dar visibilidade e compartilhar as experiências de mulheres afro e ameríndias nos ambientes acadêmicos e comunitários.

Figura 3 - Comunidade Colaborativa de Mulheres Afro e Ameríndias



Fonte: @cocam.ufpb (2026)

As publicações mostram atividades de ensino e extensão, eventos culturais, encontros e debates que valorizam as ancestralidades e a educação popular. Os posts falam sobre questões sociais e educacionais, trazendo perguntas para refletir sobre o combate ao racismo, a representatividade feminina e a interculturalidade nas universidades. Além disso, as imagens e vídeos mostram a presença dessas mulheres nos espaços institucionais.

Assim, o perfil atua como um arquivo de experiências e conhecimentos, onde a memória social e política das mulheres negras e ameríndias é guardada de forma descentralizada e participativa. No entanto, enfrenta os mesmos problemas das redes sociais, como a rapidez com que os conteúdos desaparecem e a dependência de uma plataforma comercial.

A Arquivologia oferece soluções para diminuir esses riscos, por meio de estratégias de arquivamento digital, organização dos conteúdos com metadados e criação de repositórios cooperativos de memória. Também é importante desenvolver oficinas e treinamentos em preservação digital para as integrantes da COCAM, fortalecendo o

cuidado com as histórias que elas produzem. Dessa forma, o perfil ajuda a construir uma memória digital feminista, afro e ameríndia, que une resistência, pertencimento e conhecimento.

O perfil @quilombocaiana representa a Comunidade Quilombola Caiana dos Crioulos, localizada em Alagoa Grande, Paraíba. Essa comunidade, que tem grande importância histórica e cultural, usa o Instagram para mostrar sua cultura, suas lutas e o dia a dia do seu povo. As publicações registram a vida comunitária, os saberes ancestrais e as conquistas políticas, funcionando como um arquivo digital da identidade quilombola.

Figura 4 - Quilombo Caiana



Fonte: @quilombocaiana (2026)

Os conteúdos falam sobre a vida na comunidade, o papel das lideranças, celebram conquistas como o título de posse das terras e promovem eventos ligados à ancestralidade, espiritualidade e cultura tradicional. O perfil também ajuda a divulgar o turismo étnico-cultural e valorizar a história da comunidade, mostrando a força e a continuidade da resistência quilombola. A narrativa criada pelo perfil é fundamental para preservar a memória coletiva, pois transforma as experiências locais em registros públicos acessíveis. No entanto, por depender de uma plataforma privada e temporária, existe o risco real de perda desses conteúdos.

Nesse contexto, a Arquivologia pode ajudar propondo o arquivamento sistemático das postagens, a criação de metadados específicos e a organização das informações em repositórios comunitários e universitários. Além disso, capacitar digitalmente os moradores garante que o próprio quilombo cuide da sua memória. Assim, o perfil se torna

não só uma ferramenta de comunicação, mas também uma base de dados viva e representativa das lutas e conquistas da comunidade Caiana dos Crioulos.

O perfil @negritudeunificadapb é o canal digital da Marcha da Negritude Unificada da Paraíba (MNU-PB), um movimento autônomo que reúne grupos e militantes negros e negras engajados na luta por direitos humanos, igualdade racial e democracia. As publicações do perfil têm o papel de mobilizar, documentar e educar sobre as pautas do movimento negro paraibano.

Figura 5 - Negritude Unificada da Paraíba



Fonte: @negritudeunificadapb (2026)

Os conteúdos mais comuns são convites para marchas e eventos, denúncias contra o racismo estrutural, ações comunitárias e celebrações da cultura afro-brasileira. O perfil também divulga leis e práticas de educação antirracista, criando uma ligação entre a militância e o público em geral.

Essas publicações formam uma narrativa coletiva de luta e resistência, funcionando como um arquivo digital das mobilizações antirracistas. Porém, por depender de uma plataforma temporária, há o risco de perda desses registros com o tempo.

A Arquivologia tem um papel importante ao sugerir práticas para capturar regularmente os conteúdos, organizá-los por temas e armazená-los em repositórios digitais públicos.

Essas ações garantem que as vozes, histórias e mobilizações do movimento continuem acessíveis, fortalecendo a memória da luta negra na Paraíba. Assim, o perfil

@negritudeunificadapb vai além da comunicação e se torna um espaço para preservar e dar continuidade às narrativas antirracistas no ambiente digital.

O perfil @quilombodeparatibe representa a Comunidade Quilombola de Paratibe, localizada na Zona Sul de João Pessoa (PB), uma das mais antigas do Estado. Com mais de dois séculos de existência, essa comunidade tem uma história marcada pela resistência e preservação cultural. O Instagram funciona como uma extensão digital dessa trajetória, registrando o cotidiano, as práticas culturais e as lutas pela permanência e reconhecimento do território.

Imagem 6: Quilombo de Paratibe



Fonte: @quilombodeparatibe (2026)

As postagens mostram experiências comunitárias, eventos culturais, mobilizações e manifestações da identidade quilombola. Esses registros reafirmam a ancestralidade e a cultura como ferramentas de resistência. O perfil ajuda a criar uma memória digital coletiva que mostra as práticas e histórias quilombolas para além do território físico.

Apesar do valor social e cultural, essas narrativas têm sua conservação ameaçada pelas limitações da plataforma, como exclusão de perfis ou perda de conteúdos temporários. A Arquivologia oferece recursos práticos para garantir a preservação dessas memórias, como a guarda, a descrição por metadados e a inserção em repositórios institucionais. Com isso, o perfil confirma seu papel como um espaço fundamental da memória quilombola, transformando a tradição comunitária em patrimônio cultural e digital.

O perfil @abayomipb pertence à Coletiva Abayomi, um grupo de mulheres negras paraibanas que atua desde 2016 na defesa de direitos, no combate ao racismo e ao sexismo e na promoção do bem viver (Viulen). Parte da Rede de Mulheres Negras do Nordeste (RMNN) e da Articulação Nacional de Mulheres Negras (ANMN), a Abayomi cria uma forte narrativa de luta e afirmação identitária no ambiente digital.

Figura 6 - Abayomi – Coletiva de Mulheres Negras da Paraíba



Fonte: @abayomipb (2026)

Seus posts falam sobre mobilizações coletivas, como a Marcha de Mulheres Negras, e temas como educação antirracista, autocuidado, ancestralidade e memória. O conteúdo celebra a trajetória das mulheres negras e registra as práticas políticas e culturais feministas.

Esse conjunto de postagens tem grande valor documental, pois preserva experiências e vozes que foram historicamente silenciadas. Porém, como depende de uma plataforma instável, o risco de perda é muito grande. Por isso, a Arquivologia é essencial para garantir que essas histórias continuem vivas, por meio do arquivamento organizado, do uso de metadados e da criação de repositórios acessíveis.

Assim, o perfil @abayomipb se torna um arquivo vivo das lutas feministas negras na Paraíba, que, se bem preservado, poderá ser uma fonte histórica para futuras gerações de mulheres, pesquisadoras e ativistas.

O perfil @cena_preta pertence ao Instituto Cena Preta - Arte Preta em Movimento, um ponto cultural de João Pessoa (PB) que promove a arte e a ancestralidade negra por meio de oficinas, cursos e produções culturais.

O perfil reúne registros de atividades artísticas e comunitárias que dialogam com a cultura negra e valorizam a periferia.

Figura 7 - Instituto Cena Preta



Fonte: @cena_preta (2026)

As publicações incluem fotos, vídeos e reels de apresentações, encontros e formações, sempre acompanhados de reflexões sobre identidade, ancestralidade e resistência. Esses conteúdos funcionam como registros visuais de práticas culturais que fortalecem a autoestima e a presença negra nos espaços artísticos.

A importância do perfil está na sua capacidade de transformar a arte em um meio para preservar a memória coletiva. No entanto, por estar limitado ao Instagram, corre o risco de perder narrativas valiosas. A Arquivologia oferece o caminho para garantir a permanência desses registros, por meio de práticas como backup regular, classificação com metadados e criação de repositórios comunitários.

Assim, o perfil @cena_preta não só divulga produções culturais, mas também funciona como um arquivo digital de resistência e criatividade negra, ajudando a manter e reconhecer a arte negra como parte essencial da memória cultural da Paraíba e do Nordeste.

A análise dos perfis mostra que, apesar de suas diferentes origens e naturezas institucionais, todos têm um objetivo comum: criar e preservar histórias de resistência negra e indígena no ambiente digital. Como dizem Nakashima et al. (2019) e Castro et al. (2021), as narrativas digitais em plataformas como o Instagram ajudam a construir identidade, memória coletiva e ativismo online, especialmente entre grupos marginalizados, ao desafiar as histórias dominantes e ampliar as formas de expressão acadêmica, política e cultural.

Cada um desses espaços, sejam redes comunitárias, grupos feministas, núcleos acadêmicos ou pontos culturais, trabalha junto para reafirmar identidades, fortalecer memórias coletivas e combater o apagamento histórico das populações racializadas na Paraíba e no Nordeste. Essas plataformas também funcionam como espaços para registrar a memória social atual e para organizar movimentos sociais que ajudam na luta política e na reivindicação de direitos (Silva; Vitoriano, 2022; Ribeiro; Pagotto, 2023).

Porém, a falta de políticas claras e as dificuldades técnicas e legais para preservar conteúdos digitais colocam em risco a sobrevivência desses materiais, ameaçando documentos históricos e culturais importantes (Silva; Vitoriano, 2022).

Entre os perfis analisados, há uma clara diferença nos enfoques e nas estratégias de comunicação, embora todos estejam comprometidos com a visibilidade e a continuidade da luta antirracista.

Isso confirma os estudos de Nakashima et al. (2019) e Castro et al. (2021), que mostram que os espaços digitais e os movimentos sociais têm papel central na educação antirracista, pois ajudam a construir a identidade negra, o pensamento crítico e a valorização do conhecimento de origem africana.

O perfil @redemulheresnegrasnordeste, por exemplo, se destaca como um espaço de organização política e memória afrofeminista, reunindo mulheres negras de todo o Nordeste. Já @neabi_ufpb e @cocam.ufpb têm caráter institucional, focados na educação antirracista e na valorização dos saberes afro-brasileiros e indígenas. Esses dois perfis mostram como a atuação universitária também pode ajudar a construir uma memória digital comprometida com a diversidade e a inclusão.

Plataformas como o Instagram são usadas como ferramentas educativas para criar narrativas digitais e fortalecer redes afro-feministas, onde práticas como a transição capilar se tornam atos políticos contra o racismo e os padrões dominantes de beleza. Ao mesmo tempo, organizações do movimento negro usam o ativismo digital para advocacy,

monitoramento social e pressão por políticas públicas, mostrando a profissionalização da comunicação antirracista (Monteiro; Júnior, 2021).

Os perfis @quilombocaiana e @quilombodeparatibe representam as comunidades quilombolas Caiana dos Crioulos e Paratibe, funcionando como arquivos comunitários que registram o dia a dia, os saberes ancestrais e as práticas culturais de resistência. Essas páginas têm papel fundamental na construção da própria história e na preservação da memória tradicional, transformando experiências locais em registros públicos.

O perfil @abayomipb, da Coletiva Abayomi, também faz parte desse grupo, unindo ancestralidade, autocuidado e luta política.

As comunidades quilombolas no Brasil são exemplos vivos de resistência histórica e cultural, ligadas à memória social, ancestralidade e identidade negra.

Formadas inicialmente como refúgios para escravizados fugidos, essas comunidades se tornaram grupos sociais diversos que continuam lutando por direitos, reconhecimento e território diante de pressões econômicas e políticas (Silva; Nascimento, 2012). Os quilombos, longe de serem espaços isolados, representam formas complexas de organização e resistência, que também surgiram por heranças, compras ou ocupações de terra.

Hoje, a luta quilombola se estende para o ambiente digital, onde as redes sociais funcionam como arquivos comunitários e ferramentas de comunicação popular. Plataformas como o Instagram viram espaços para preservar e compartilhar a memória coletiva, permitindo que moradores e apoiadores reconstruam suas histórias, reforcem identidades e expressem seu pertencimento (Gomez Pereira, 2023). Assim, o ciberespaço se consolida como um novo território de resistência, onde preservar a memória e a cultura quilombola é um ato político contra o apagamento histórico.

O perfil @negritudeunificadapb tem um papel muito mobilizador e político, funcionando como canal digital da Marcha da Negritude Unificada da Paraíba. Suas publicações mostram marchas, denúncias e campanhas antirracistas, formando uma narrativa coletiva de luta. O ativismo digital negro no Brasil transforma as redes sociais em espaços de resistência política, cultural e estética, usados para denunciar o racismo, mobilizar coletivos e afirmar identidades (Nakashima et al., 2019; Silva; Vitoriano, 2022; Castro et al., 2021; Monteiro; Júnior, 2021; Freitas, 2020).

O @cena_preta, do Instituto Cena Preta, usa a arte como ferramenta de memória e resistência. Esses exemplos mostram como o ambiente digital se torna uma extensão do ativismo e da produção cultural negra, juntando estética e política. A arte e a estética

negra também servem como formas de resistência, desde a denúncia social em produções culturais (Freitas, 2020) até o Instagram como espaço de memória e autoexpressão (Nakashima et al., 2019). Assim, o ambiente digital se consolida como um território de disputa simbólica e preservação da memória negra.

Nota-se que todos os perfis funcionam, em diferentes níveis, como arquivos vivos da memória negra e indígena, refletindo várias dimensões da luta: o afrofeminismo e a mobilização regional em @redemulheresnegrasnordeste; o ensino e a institucionalização da diversidade em @neabi_ufpb e @cocam.ufpb; a preservação cultural em @quilombocaiana e @quilombodeparatibe; a afirmação e o cuidado em @abayomipb; e a arte e política em @cena_preta. Essa diversidade mostra como as redes sociais se firmam como espaços para construir a memória coletiva e a identidade.

As mídias sociais, como o Instagram, funcionam como arquivos dinâmicos que criam narrativas digitais, moldam identidades e formam novas formas de memória digital e patrimônio cultural. Essas plataformas permitem a autoexpressão, a construção de identidades individuais e coletivas e a afirmação política, como visto nas narrativas visuais ligadas à identidade negra e à transição capilar, que desafiam padrões dominantes e promovem a educação antirracista (Nakashima et al., 2019; Castro et al., 2021).

Ao mesmo tempo, comunicações oficiais e mobilizações sociais nessas redes formam um “arquivo vivo” da vida atual, com grande valor histórico e documental, embora faltem políticas de preservação, especialmente no Brasil (Silva; Vitoriano, 2022). Além disso, a ressignificação de identidades coletivas, como a dos quilombolas, e o papel da mídia na criação de representações sociais mostram disputas simbólicas que influenciam o reconhecimento cultural e o combate ao racismo estrutural (Silva; Nascimento, 2012; Ribeiro; Pagotto, 2023).

A análise dos perfis também revela problemas comuns: dependência de plataformas privadas, exclusão de conteúdos e a curta duração dos formatos digitais. Mesmo assim, há um grande potencial arquivístico. Esses perfis, mesmo informais, cumprem uma função documental e de registro histórico.

As redes sociais se firmam como espaços de memória e arquivos informais que permitem captar e compartilhar histórias pessoais, escolares e políticas. Plataformas como o Instagram possibilitam a formação de memórias e identidades coletivas, sendo usadas não só na educação, mas também na documentação de administrações presidenciais, que funcionam como arquivos de interesse público e fontes para a história recente (Silva; Vitoriano, 2022; Gomez Pereira, 2023).

No entanto, conservar esses conteúdos enfrenta grandes desafios, como a vulnerabilidade digital, a rápida obsolescência tecnológica e a falta de políticas institucionais para cuidar desses arquivos, principalmente no Brasil. A exclusão de postagens, a fragilidade dos suportes digitais e as questões éticas de usar imagens que podem ser de pessoas criam obstáculos para manter a memória social viva, mostrando a necessidade urgente de estratégias organizadas para preservar o digital e garantir o acesso público a esse patrimônio de informação (Silva; Vitoriano, 2022; Gomez Pereira, 2023).

Nesse cenário, a Arquivologia tem um papel central, não só como técnica de conservação, mas como ferramenta política de resistência. Práticas como arquivamento sistemático, catalogação com metadados e criação de repositórios colaborativos são essenciais para proteger a memória desses grupos.

A união entre coletivos comunitários (@quilombocaiana, @quilombodeparatibe, @abayomipb), instituições acadêmicas (@neabi_ufpb, @cocam.ufpb) e movimentos regionais (@redemulheresnegrasnordeste, @negritudeunificadapb, @cena_preta) mostra a possibilidade de um sistema conectado de preservação digital.

Comunidades usam as redes sociais para guardar memórias coletivas, especialmente escolares, preenchendo lacunas deixadas por arquivos institucionais que não existem ou são difíceis de acessar. Nesses espaços, a curadoria participativa permite criar juntas narrativas e identidades, fortalecendo os laços sociais e garantindo a proteção das experiências locais. Esse contraste mostra uma mudança nas práticas de arquivamento, onde iniciativas comunitárias ganham destaque na conservação da memória, enquanto arquivos institucionais enfrentam o desafio de se adaptar às dinâmicas digitais atuais (Gomez Pereira, 2023; Silva; Vitoriano, 2022).

Dessa forma, os perfis analisados revelam uma rede de resistência e preservação digital, onde comunidades, universidades e coletivos trabalham juntos para construir a memória negra e indígena. As plataformas digitais são redes sociotécnicas onde a memória digital, como ato político, é disputada por diferentes atores, moldando narrativas, poder e resistência. No Brasil, a falta de políticas de arquivamento aumenta o risco de apagar a memória social (Silva; Vitoriano, 2022; Ribeiro; Pagotto, 2023).

As práticas de comunicação, política e cultura desses grupos mostram que o domínio digital é um espaço de disputa simbólica e arquivamento histórico, sendo a guarda da memória parte do próprio ato político de existir. Grupos comunitários e movimentos sociais usam as mídias digitais para construir memórias coletivas, afirmar identidades marginalizadas e disputar narrativas, tornando as redes sociotécnicas arenas

centrais de luta por memória, representação e justiça social (Silva; Nascimento, 2012; Gomes Pereira, 2023; Ribeiro; Pagotto, 2023).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise das histórias digitais criadas por movimentos antirracistas na Paraíba, especialmente aqueles vindos de comunidades negras e indígenas, fica claro que é preciso ter estratégias adequadas para preservar a memória e a história dessas lutas. Os perfis no Instagram funcionam como arquivos vivos que guardam experiências, valores culturais, formas de resistência e ativismo político. Eles são muito importantes para a resistência simbólica e para a construção da identidade dos seus membros.

No entanto, esses perfis enfrentam vários desafios, como a curta duração dos conteúdos, a dependência de plataformas privadas, o risco de exclusão e dificuldades técnicas, legais e de acessibilidade que podem prejudicar a integridade e a continuidade dessas histórias. Nesse contexto de avanços tecnológicos rápidos e de dificuldades para manter práticas de preservação ao longo do tempo, a Arquivologia se mostra uma ciência essencial e intrinsecamente relacionada à salvaguarda dessas memórias digitais. A disciplina oferece um arcabouço teórico-prático robusto para enfrentar os desafios da preservação digital, por meio de princípios como a proveniência, a organicidade e a unicidade dos documentos, que são fundamentais para a compreensão e a gestão dos arquivos digitais. A aplicação de metodologias arquivísticas, como a organização sistemática dos arquivos, o uso de metadados detalhados para descrição e recuperação da informação, a criação de repositórios digitais confiáveis (sejam eles públicos, cooperativos ou comunitários) e a capacitação focada na preservação digital, são ferramentas indispensáveis.

Tais práticas não apenas ajudam a proteger e garantir o acesso às informações produzidas, mas também asseguram a autenticidade, a fidedignidade e a acessibilidade a longo prazo desses registros, elementos cruciais para a pesquisa histórica, a justiça social e a manutenção da memória coletiva. A Arquivologia, portanto, não se limita a um papel técnico, mas assume uma dimensão ética e política ao contribuir ativamente para o reconhecimento social, a valorização cultural e o combate ao apagamento das histórias de resistência, oferecendo uma base segura para a continuidade dos estudos, das ações políticas e da educação inclusiva. Adotar uma metodologia arquivística organizada e adequada é fundamental para que os espaços digitais se tornem um verdadeiro patrimônio histórico e cultural, permitindo que as vozes dessas comunidades continuem sendo ouvidas e incentivem o debate social e político no presente e no futuro.

Com base nos resultados obtidos e nas discussões realizadas ao longo desta pesquisa, torna-se imperativo propor diretrizes estratégicas que visem a salvaguarda efetiva das narrativas digitais dos movimentos antirracistas na Paraíba. No que tange às ações de caráter imediato, destaca-se a urgência na implementação de rotinas de backup regulares e na captura sistemática de conteúdos, com especial atenção às postagens de natureza efêmera, como os Stories e as transmissões ao vivo (Lives), que constituem registros históricos voláteis e de alto risco de perda definitiva. Essa prática deve ser acompanhada pela atribuição de metadados detalhados que sejam capazes de descrever não apenas o conteúdo técnico, mas o denso contexto social, político e cultural que envolve cada registro digital, garantindo que a informação preserve seu valor de prova e de memória. Além disso, a organização desses acervos digitais em estruturas temáticas deve respeitar rigorosamente os princípios arquivísticos da proveniência e da organicidade, refletindo a dinâmica real de atuação e mobilização dos movimentos sociais estudados.

Em uma perspectiva de longo prazo, as estratégias devem transcender a gestão técnica imediata e focar na sustentabilidade e autonomia desses arquivos. A criação de repositórios digitais colaborativos e comunitários apresenta-se como uma solução fundamental para garantir a guarda permanente desses documentos fora do domínio exclusivo de plataformas privadas, que operam sob lógicas comerciais e algoritmos opacos. Para que essa autonomia seja plena, é essencial promover a capacitação digital das próprias comunidades, fornecendo as ferramentas e o conhecimento necessários para que os coletivos assumam o protagonismo na gestão, descrição e preservação de sua própria memória. Esse movimento culmina no fortalecimento da arquivística comunitária, entendida aqui não apenas como uma técnica de organização, mas como um instrumento político de empoderamento e justiça social. Ao tratar esses perfis como arquivos vivos e patrimônios essenciais, a Arquivologia cumpre sua dimensão ética de combater o apagamento histórico e assegurar que as vozes de resistência permaneçam acessíveis para as futuras gerações, para a pesquisa histórica e para a consolidação de uma educação verdadeiramente inclusiva.

REFERÊNCIAS

ACHMANN-Denkler, M.; WOLFF, C. Preserving the Ephemeral: Instagram Story Archiving with the Tidal Tales Plugin. **arXiv preprint arXiv:2409.01880**, [S. l.], 2024.

AMARAL, I.; VENTURA, D. Digital Youth Activism on Instagram: Racial Justice, Black Feminism, and Literary Mobilization in the Case of Marley Dias. *Journalism and Media*, Basel, v. 6, n. 3, p. 104, 2025.

BAINOTTI, Lucia; CALIANDRO, Alessandro; GANDINI, Alessandro. From archive cultures to ephemeral content, and back: Studying Instagram Stories with digital methods. **New Media & Society**, v. 23, n. 12, p. 3656–3676, 2021.

BANERJEE, T. **Live, and Let Last: The Power of Ephemerality in the#FreePalestine Digital Movement**. 2025. Master's Thesis – 2025.

BECKER, C.; KULOVITS, H.; GUTTENBRUNNER, M.; STRODL, S.; RAUBER, A. Systematic planning for digital preservation: evaluating potential strategies and building preservation plans. *International Journal on Digital Libraries*, Berlin, v. 10, n. 4, p. 133–157, 2009.

BOVET, Nadine Matias; BRITO, Renato Victor Lira; LIRA, Karine Danielle Costa. Ciberativismo de Feministas negras na rede social Instagram. **Áskesis-Revista dos discentes do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar**, v. 10, n. 2, p. 210–235, 2021.

BRASIL. Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ). **Resolução nº 43, de 04 de setembro de 2015**. Altera a Resolução nº 39, de 29 de abril de 2014, que estabelece diretrizes para a implementação de repositórios arquivísticos digitais confiáveis - RDC-Arq. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, n. 170, p. 2, 04 set. 2015.

BRASIL. Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ). **Resolução nº 53, de 25 de agosto de 2023**. Define requisitos mínimos de preservação para websites e mídias sociais no âmbito do Sistema Nacional de Arquivos (SINAR). *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, n. 165, p. 10, 29 ago. 2023.

BRITO, L. O especificamente comunicacional no estudo sobre aquilombamento virtual nas redes sociais digitais. **Culturas Midiáticas**, [S. l.], v. 21, 27 dez. 2024. <https://doi.org/10.22478/ufpb.2763-9398.2024v21n.71478>.

BROCK, P. Brazilian Afrofuturism as a social technology. **The Routledge Handbook of CoFuturisms**. [S. l.]: Routledge, 2023. p. 319–329.

CANNELLI, B. **Archiving Social Media: A Comparative Study of the Practices, Obstacles, and Opportunities Related to the Development of Social Media Archives**. 2024. PhD Thesis – School of Advanced Study, 2024.

CARDELL, K.; DOUGLAS, K.; MAGUIRE, E. Social Media and Ephemeral. **Mediating Memory: Tracing the Limits of Memoir**, [S. l.], p. 157, 2017.

CARDOSO, C.; BARBOSA, A. Infâncias negras e resistência no ciberespaço. jan. 2018.

CARVALHO, R. Remembering Marielle Franco: Haunting online presence and the memorialization of resistance on social media. **Media, Culture & Society**, [S. l.], v. 46, n. 5, p. 1010–1026, 2024.

CASSIDY, E.; MATAMOROS-FERNANDEZ, A.; THOMSON, T. Mardi Gras through Instagram stories: How ephemeral media shape everyday engagements with identity politics. 2019. **AoIR Selected Papers of Internet Research, 2019: 20th Annual Conference of the Association of Internet Researchers**. [S. l.]: Association of Internet Researchers (AoIR), 2019.

CASTRO, A. M.; DE OLIVEIRA, E. R.; PEREIRA, G. C. EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA E RESISTÊNCIA:: o cabelo como posicionamento político. **Revista Pedagógica**, [S. l.], v. 23, p. 1–18, 2021.

CLARK, Lynda; ROSSI, Giulia Carla; WISDOM, Stella. **Archiving Interactive Narratives at the British Library**. [S. l.: s. n.], 2020.

CORDULA, Flavio Ribeiro. Córdula, Siebra, Araújo Preservação Digital em Mídias Sociais. 2019.

COSTA, Mariana Cruz. Quando me vi negra: a formação da identidade da mulher negra de pele clara e o fortalecimento do movimento negro ciberativista na Paraíba. 2022. 120 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Arquivologia) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2022.

CUNHA KLEIN, G. V.; SILVA BATISTA, W. (Anti) racismo nas redes: uma análise de interações a partir de postagens com conteúdo afrofuturista. **Liinc em Revista**, [S. l.], v. 19, n. 2, p. e6650, 2023.

D'ARROCHELLA, M. L. G.; DA CONCEIÇÃO CORRÊA, M. A.; SOTERO, E.; DOS REIS, T. S. Quilombismo, amefricanidade e educação:: comunidades quilombolas no cinema negro brasileiro em paralelos com o caso da América Latina. **Cadernos do Aplicação**, [S. l.], v. 35, 2022.

DALLAS, Costis *et al.* Socialinių tinklų tyrimų duomenų archyvo funkciniai reikalavimai, projektavimas ir įgyvendinimas. **Information & Media**, v. 100, p. 28–56, 2024.

DE, A. Instagram versus women of color: Why are women of color protesting Instagram's algorithmic changes? **arXiv preprint arXiv:2407.17679**, [S. l.], 2024.

DE-LIMA-SANTOS, M.-F.; CERON, W. Racism, Death, and Protests in Brazil: digital and traditional news coverage of Black Awareness Day after a racism crime on Twitter.

Online Media and Global Communication, [S. l.], v. 1, n. 4, p. 771–793, 2022.

FERNANDES, Mille Caroline Rodrigues; BORGES, Luzi; SANTOS, Maria Rita. “Cala a boca, porra!”. Somos três mulheres pretas falando: ativismo transnacional nas mobilizações negras da Bahia. **Esclavages & Post-esclavages. Slaveries & Post-Slaveries**, n. 6, 2022.

FIFE, Kirsty; FLINN, Andrew; NYHAN, Julianne. Documenting resistance, conflict and violence: a scoping review of the role of participatory digital platforms in the mobilisation of resistance. **Archival Science**, v. 23, n. 3, p. 471–499, 2023.

FLORES, Daniel. Preservação de Documentos Digitais: Repositórios Arquivísticos Digitais Confiáveis - RDC-Arq. Goiânia: UFG, 2015. 110 slides. Disponível em: [https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/91/o/UFG_-_Preserva%C3%A7%C3%A3o_de_Documentos_Digitais-Rep%C3%B3sitos_Arquiv%C3%ADsticos_Digitais_Confi%C3%A1veis_-_RDC-Arq_\(Fev_2015\).pdf](https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/91/o/UFG_-_Preserva%C3%A7%C3%A3o_de_Documentos_Digitais-Rep%C3%B3sitos_Arquiv%C3%ADsticos_Digitais_Confi%C3%A1veis_-_RDC-Arq_(Fev_2015).pdf). Acesso em: 13 mar. 2026.

FORMENTON, D.; GRACIOSO, L. S. Preservação Digital: desafios, requisitos, estratégias e produção científica. *Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação (RDBCI)*, Campinas, v. 21, e023004, 2023.

FRANCO, N. J. S. Ciberquilombismo-negras e negros no espaço digital: ativismos na internet como suporte para educação antirracista. **COPENE SUL**, [S. l.], v. 5, 2021.
FREITAS, M. S. A compreensão e denúncia das violências raciais como genocídio da população negra. **Simbiótica. Revista Eletrônica**, [S. l.], v. 7, n. 3, p. 355–372, 2020.

GOMEZ PEREIRA, Marcella. Tecnologias de comunicação na construção da identidade e da memória social. *ECCOM - Educação, Cultura e Comunicação*, [s. l.], v. 14, n. 27, 2023.

HANNAFORD, Ewan D. *et al.* Our Heritage, Our Stories: developing AI tools to link and support community-generated digital cultural heritage. **Journal of Documentation**, v. 80, n. 5, p. 1133–1147, 2024.

HURWITZ, Heather; CASWELL, Michelle; GABIOLA, Jessica. US Occupy Encampments and Their Feminist Tensions: Archiving for Contemporary “Big-Tent” Social Movements. In: **Feminist Activism and Digital Networks**. [S. l.]: Policy Press, 2023. p. 253–272.

IBGE. **Censo Demográfico 2022: Cor ou raça**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br>. Acesso em: 14 abr. 2026.

IBRAHIM, Y. Transacting memory in the digital age: Modernity, fluidity and immateriality. **Fudan Journal of the Humanities and Social Sciences**, [S. l.], v. 11, n. 4, p. 453–464, 2018.

JESWANI, C. Archiving Absence: Instagram and the Diasporic Genius Loci of the Sindhi Hindu Community. **RAIS Journal for Social Sciences**, [S. l.], v. 9, n. 2, p. 156–172, 2025.

JOSIOWICZ, A.; DEUSDARÁ, B.; SUMMERS, E. #Justice4Marielle: memory, datafication and justice among digital counterpublics that name Marielle Franco. **Revista da ABRALIN**, [S. l.], p. 355–382, 2024.

JOSIOWICZ, Alejandra J.; MÉNDEZ, Mariela. Decolonial Antiracist Feminist Digital Activism: Naming Carolina Maria de Jesus, Lélia González, and Marielle Franco on Twitter. In: **Black Lives Matter in Latin America: Continuities in Racism, Cross-National Resistance and Mobilization in the Americas**. [S.l.]: Springer, 2024. p. 409–440.

JÚNIOR, L. C. P. D. C. Uma perspectiva afro-centrada para produção de narrativas: Alguns elementos pedagógicos para colocar a experiência de sujeitos negros no centro do processo de protagonismo com tecnologias. **ALCEU**, [S. l.], v. 21, n. 44, p. 190–219, 2021.

KRUECKEBERG, J. Youth and algorithmic memory: Co-producing personal memory on Instagram. 2021. **International Conference on Human-Computer Interaction**. [S. l.]: Springer, 2021. p. 253–264.

LIMA, Camilla Sousa; SILVA, Julie Sarah Lourau Alves da. Agenciamento político afrofeminista e a produção de saberes emancipatórios para mulheres negras no Instagram. 2023.

LINDSTRÖM, L. Archiving in the era of online activism: challenges and practices of collecting and providing access to activist social media archives. [S. l.], 2019.

LOCATELLI, E. Towards the platformization of (social) media memory: Articulating archive, assemblage, and ephemerality. **Comunicazioni sociali: journal of media, performing arts and cultural studies: nuova serie: XLIII, 1, 2021**, [S. l.], p. 162–173, 2021.

MALTA, R. B.; OLIVEIRA, L. T. B. de. Enegrecendo as redes: o ativismo de mulheres negras no espaço virtual. **Revista Gênero**, [S. l.], v. 16, n. 2, p. 55–69, 2016.

MARSHALL, Catherine C.; GOLOVCHINSKY, Gene. Saving private hypertext: requirements and pragmatic dimensions for preservation. In: HT'04, 2004, Santa Cruz. Proceedings... [S. l.]: ACM, 2004.

MARQUES, C.; CARRERA, F. As “Racism is not getting worse, it’s getting filmed”:: Considerações sobre viralização, comoção pública e branquitude no ambiente digital. **Revista Eco-Pós**, [S. l.], v. 25, n. 2, p. 91–120, 2022.

MARQUES, D. M.; CAMARGO, M. Studying quilombola practices of resistance on Instagram. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, [S. l.], v. 59, n. 3, p. 1946–1965, 2020.

MCDONOUGH, J. P. et al. **Preserving Virtual Worlds Final Report**. University of Illinois Urbana- Champaign, 2010.

MENEZES, João Pedro Viana de. As ações afirmativas e o ciberquilombismo: o Instagram como ferramenta de um ativismo virtual (2022-2023). 2025.

MILES, Sedrick A. *Memories of the Working Class Black Atlantic: Community Visual Archives in Northeast Brazil*. 2025. 250 f. Tese (Doutorado em História) – Tulane University, New Orleans, 2025.

MITCHELL-WALTHOUR, G. Afro-Brazilian women YouTubers’ use of African-American media representations to promote social justice in Brazil. **Journal of African American Studies**, [S. l.], v. 24, n. 1, p. 149–163, 2020.

MITCHELL-WALTHOUR, G. L.; GILLAM, R. Brazil’s New Black Politics: Black Brazilian YouTubers Fight for Social Justice During the Far-Right Era. **Black Lives Matter in Latin America: Continuities in Racism, Cross-National Resistance and Mobilization in the Americas**. [S. l.]: Springer, 2024. p. 441–466.

MONTEIRO, Lorena Madruga; SANTOS JÚNIOR, José Elísio dos. DO MOVIMENTO NEGRO ÀS ORGANIZAÇÕES ANTIRRACISTAS: políticas públicas e a defesa de direitos no Brasil. *Revista de Políticas Públicas*, v. 25, n. 2, p. 585–603, 13 Jan 2022.

MURPHY, D. M. Affirming Blackness in a “Colorblind” Anti-Black Nation: How Brazilians Negotiate Police Killings of Afro-Brazilians. **Sociology of Race and Ethnicity**, [S. l.], v. 11, n. 1, p. 85–99, 2025.

NASCIMENTO, Beatriz. **Beatriz Nascimento, Quilombola e Intelectual: Possibilidade nos dias da destruição**. São Paulo: Editora Filhos da África, 2018. p. 267.

NAKASHIMA, R. H. R.; VAS, B. B. “Uma imagem vale mais que mil palavras!”: Produção de narrativas digitais com o Instagram. **Interfaces Científicas Educação**, [S. l.], 2020.

OWEN, G. T. Qualitative Methods in Higher Education Policy Analysis: Using Interviews and Document Analysis. **The Qualitative Report**, v. 19, n. 26, p. 1–19, 2014, PERRINE, A. Black Faces in White Spaces: Black Women’s YouTube Channels in Brazil as Fortalecimento. **Journal of Lusophone Studies**, [S. l.], v. 5, n. 1, p. 203–223, 2020.

PINTO DA COSTA JÚNIOR, L. C. Uma perspectiva afro-centrada para produção de narrativas: Alguns elementos pedagógicos para colocar a experiência de sujeitos negros no centro do processo de protagonismo com tecnologias. **Alceu: Revista de Comunicação, Cultura e Política**, [S. l.], v. 21, n. 44, 2021.

RAMOS, R.; BRAGA, S. “I can’t breathe”: Uma análise do fluxo da hashtag#BlackLivesMatter no Twitter brasileiro e norteamericano. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, [S. l.], v. 30, p. e91992, 2025.

RIBEIRO, Isabella; PAGOTTO, Érico Luciano. É possível identificar racismo ambiental na mídia? Uma análise crítica do discurso em veículos da imprensa local. *Sociologias Plurais*, [S. l.], v. 9, n. 2, 2023. DOI: 10.5380/scplpr.v9i2.92010. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/scplpr/article/view/92010>. Acesso em: 16 mar. 2026.

RICHARDSON, Allissa V. The coming archival crisis: How ephemeral video disappears protest journalism and threatens newsreels of tomorrow. **Digital Journalism**, v. 8, n. 10, p. 1338–1346, 2020.

ROCHA, Claudia Lacombe. Repositórios para a preservação de documentos arquivísticos digitais. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, p. 159-169, jul./dez. 2015.

ROCCO, Brenda Couto de Brito. **Políticas de preservação digital para o arquivamento da web**. 2021. 245 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

RODRIGUES, Cristiano; PEREIRA, Bruna Cristina Jaquetto. Ativismo feminista negro digital: políticas estéticas e afetivo-sexuais. **cadernos pagu**, n. 67, p. e236705, 2023.

RODRIGUES, D. C.; PENTEADO, C. L. C.; OLIVEIRA, T. S. Vidas Negras Importam: Análise de Redes Sociais do Ativismo em Nuvem Sobre os Episódios#80Tiros e de George Floyd. **Mediações**, [S. l.], v. 27, n. 2, p. e45720, 2022.

SABBATINI, M. Decolonialidade e jogos digitais: releitura histórica, resistência e luta. **Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación**, [S. l.], v. 20, n. 38, 2021.

SANTANA, Monik Milany Santos; OLIVEIRA CORTES, Gerenice Ribeiro. “Isso nunca foi opinião”: resistência das mulheres negras ao discurso do racismo reverso na rede social Instagram (“This was never an opinion”: the resistance of black women to the discourse of reverse racism on the social network Instagram). **Estudos da Língua (gem)**, v. 22, p. e12291–e12291, 2024.

SANTOS, Arthur Saldanha. Ativismo digital e posicionalidade das narrativas veganas no Instagram: Um estudo do Movimento Cultural Afro Vegano no Brasil.

Áskesis-Revista des discentes do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar, v. 11, n. 2, p. 303–330, 2022.

SANTOS, C. H.; SILVA, R. N. Quilombos virtuais: as novas expressões de. **Logos**, [S. l.], v. 26, n. 1, 2019.

SANTOS, Vanderlei Batista dos. Preservação de documentos arquivísticos digitais. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 41, n. 1, p. 114-126, jan./abr. 2012.

SANTOS, Clécio. A emergência do ativismo digital antirracista no Brasil. **Dissonância: Revista de Teoria Crítica**, v. 6, p. 453–500, 2022.

SILVA, A. F. da A. F. da; NASCIMENTO, L. K. Negros e territórios quilombolas no Brasil. **Cadernos Cedem**, [S. l.], v. 3, n. 1, p. 23–37, 2012.

SILVA, A. R.; VITORIANO, M. C. de C. P. Quem vai arquivar os conteúdos de redes sociais presidenciais no Brasil? **Liinc em Revista**, [S. l.], v. 18, n. 2, p. e6074, 2022.

SILVA, Henrique Machado da. **Migração de informações na perspectiva do modelo Open Archival Information System (OAIS)**. 2019. 180 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

SILVA, P. G. M. de B. e; ALMEIDA, V. C. Reagir como ferramenta de luta: “Reaja ou Será Morta, Reaja ou Será Morto” no Instagram. **Temática**, [S. l.], v. 20, n. 11, p. 139–155, nov. 2024. <https://doi.org/10.22478/ufpb.1807-8931.2024v20n11.72008>.

SOARES, T. Os dilemas do algoritmo: silenciamentos e restrições impostos aos palestinos pelo Instagram no Brasil. **Campos**, [S. l.], v. 26, n. 1, 2025. DOI: [10.5380/cra.v26i\(1\).96715](https://doi.org/10.5380/cra.v26i(1).96715). Disponível em: [https://doi.org/10.5380/cra.v26i\(1\).96715](https://doi.org/10.5380/cra.v26i(1).96715).

VALIM VARGAS, G.; SOBRAL, A.; GIACOMELLI, K. Letramento digital e de reexistência: o Instagram e a educação antirracista no Brasil. **Estudos Linguísticos e Literários**, n. 78, p. 460–488, 2024.

VIEIRA DOS SANTOS, B. **Amefricanizing social media: black women intellectuals in Brazil**. 2022. PhD Thesis – Memorial University of Newfoundland, 2022.

WOOD, L. M.; SEBAR, B.; VECCHIO, N. Application of Rigour and Credibility in Qualitative Document Analysis: Lessons Learnt from a Case Study. *The Qualitative Report*, v. 25, n. 2, p. 454–467, 2020.

ZHANG, S.; ARAUJO, M. R. P.; NUNES, A. C. de A. A terrestrial Internet from the quilombos: the transatlantic evolution of baobab from colonial to digital capitalism. **Tapuya: Latin American Science, Technology and Society**, [S. l.], v. 5, n. 1, p. 2037818, 2022.

ZHENG, R.; WEIGLE, M. C. Examining the Challenges in Archiving Instagram. **arXiv preprint arXiv:2401.02029**, [S. l.], 2024.